

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MÁRCIO NICOLAU DUMAS

**UMA BUSCA POR UM CONCEITO GENÉRICO DE DOCUMENTO:
TIPOS E SUPORTES**

CURITIBA

2012

MÁRCIO NICOLAU DUMAS

**UMA BUSCA POR UM CONCEITO GENÉRICO DE DOCUMENTO:
TIPOS E SUPORTES**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação.

Orientador: Prof. Dr. José Simão de Paula Pinto.

CURITIBA

2012

RESUMO

Introduz a história dos documentos como meio de colocar em questão o que é um documento. Contextualiza informação e sua ligação com os documentos. Resgata o conceito de documento abordando os elementos que o compõem, classificando-os em materiais (materialidade, integridade e permanência), formais e conceituais (autoria e conteúdo). Discute a tipologia documental, abordando documentos em suporte real, irreal e virtual; bem como a subdivisão dos documentos irrealis em analógicos/eletrônicos e digitais, introduzindo discussão a respeito dessas espécies. Conclui propondo aprofundamento do tema e discussão sobre questões ligadas à validade e à eficácia de documentos de forma geral em outros ramos do conhecimento, em especial para aqueles cujo suporte está em meios digitais e virtuais.

Palavras-chave: documento; informação, suporte, conceito genérico; digital; virtual.

RESUMEN

Introduce la historia de los documentos como medio de poner en cuestión qué es un documento. Contextualiza información y su conexión con los documentos. Rescata el concepto de documento abordando los elementos que lo componen, clasificándolos en materiales (materialidad, integridad y permanencia), formales e conceptuales (autoría y contenido). Discute la tipología documental, abordando documentos en soporte real, irreal y virtual; así como la subdivisión de los documentos irreales en analógicos/electrónicos y digitales, introduciendo discusión con relación a esas especies. Concluye proponiendo profundización del tema y discusión respecto a cuestiones ligadas a la validez y eficacia de documentos de manera general en otras ramas del conocimiento, en especial para aquellos que poseen soporte en medios digitales y virtuales.

Palabras clave: documento; información; soporte; concepto genérico; digital; virtual.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 JUSTIFICATIVA	6
1.2 METODOLOGIA.....	7
1.3 OBJETIVO GERAL	8
1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
2 EM BUSCA DE UM CONCEITO DE DOCUMENTO	9
3 O CONCEITO GENÉRICO DE DOCUMENTO	13
4 ELEMENTOS QUE COMPÕEM UM DOCUMENTO	21
4.1 COMPONENTES MATERIAIS – SUPORTE.....	22
4.1.1 Características dos Componentes Materiais	24
4.1.1.1 Materialidade	24
4.1.1.2 Integridade	25
4.1.1.3 Permanência	26
4.2 COMPONENTES FORMAIS	29
4.3 COMPONENTES CONCEITUAIS.....	30
4.3.1 Características dos Componentes Conceituais.....	31
4.3.1.1 Autoria	31
4.3.1.2 Conteúdo.....	36
5 TIPOLOGIA DOS DOCUMENTOS	37
5.1 DOCUMENTO REAL.....	39
5.2 DOCUMENTO IRREAL.....	41
5.2.1 Documento Analógico ou Eletrônico	32
5.2.2 Documento Digital	33
5.3 DOCUMENTO VIRTUAL.....	47
6 CONCLUSÕES	52
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
8 ANEXOS	62
8.1 TRADUÇÃO DAS EXPRESSÕES EM LÍNGUA LATINA UTILIZADAS.....	62
8.2 REFERÊNCIAS ORIGINAIS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA.....	62

1 INTRODUÇÃO

A história também se faz com documentos, pois eles auxiliam a perpetuação de memória. Pode-se perceber a importância dos documentos através das expressões em latim “*quod non est in actis, non est in mundo*” (o que não está nos documentos, não existe no mundo) e “*quod non est in actis, est extra mundum*” (o que não está nos documentos, está fora do mundo). Para Rodrigues Bravo (2002, p. 123), “sem documento não há história”ⁱ.

Desde os primórdios da humanidade, a busca do descobrimento, análise e perpetuação do conhecimento adquirido pelos indivíduos é preocupação constante. Enquanto os poetas pregam que nada é para sempre, na contramão desses pensamentos os estudiosos das ciências da informação procuram, mesmo que muitas vezes de maneira infrutífera, perpetuar os fatos e os registros do pensamento dos seres humanos da maneira mais duradoura possível, de preferência indefinidamente.

A geração dos documentos, qual seja sua utilidade futura, ou o suporte utilizado para a fixação do conteúdo, tem como caráter principal a possibilidade de transmissão de informação, que pode ser feita para o próprio autor do documento ou para que o ele possa servir de fonte de informação a outros indivíduos ao longo dos tempos. Assim, “o homem, alternativamente, retira ideias da realidade ou introduz ideias na realidade; entre a realidade e a ideia intervêm, cada vez mais, os documentos que, por sua vez, servem à elaboração de novos documentos” (OTLET, 1937, p. 2).

Por meio da citação anterior, observa-se que o visionário Paul Otlet, já no início do século passado, vislumbrava a utilização dos documentos nos meios tecnológicos atuais, em especial a rede mundial de computadores (Internet), pois hodiernamente é corriqueira a elaboração de novos documentos tendo por base os já existentes, que por meio de seus links se utilizam de documentos diversos, promovendo a geração de um novo documento muito mais complexo e dinâmico.

Para compreender as minúcias dos documentos nos tempos atuais, conhecidos como sociedade da informação, deve-se primeiramente compreender o conceito genérico de documento e detalhar seus componentes, buscando, por meio desse estudo, compreender o estado atual de um instituto milenar de suma

importância para a humanidade e para a ciência da informação. O papel, suporte do documento há quase dois mil anos, foi substituído por novas formas de geração, armazenamento e transmissão da informação, obrigando o pesquisador a revisitar conceitos, ora criando novos, ora redefinindo ou adequando os já existentes.

À guisa de introdução, pode-se afirmar que “os documentos vêm fixar o raciocínio ao mesmo tempo que lhe oferecem um meio de desenvolvimento” (OTLET, 1937, p. 10), o que torna a temática abordada de extrema relevância em face do atual estágio de desenvolvimento da tecnologia e das inovações constantes que pesam sobre os documentos, justificando uma análise mais detalhada na temática.

1.1 JUSTIFICATIVA

A evolução tecnológica modificou as formas de fixação da informação, bem como os respectivos suportes que formam os documentos, havendo a necessidade de atualização dos conceitos tradicionais para as formas atuais.

Antes mesmo do surgimento das tecnologias modernas, já havia uma discussão acirrada sobre o tema. Com o advento e proliferação das mais variadas formas tecnológicas para a criação, o armazenamento e a leitura de conteúdos fixados em suportes, a tarefa tornou-se mais peculiar.

As tentativas de definir documentos quando inseridos nesses meios, especialmente os digitais, permanecem ainda desconhecidas; porém, uma definição pragmática é procurada, sob pena de a falta de um conceito abrangente (genérico) de documento, bem como de uma taxonomia adequada, acabar por induzir a erro os usuários e profissionais de diversas áreas, pela ausência de critérios objetivos para a diferenciação das espécies e pela falta de clareza sobre suas características peculiares.

Essa falta de conceituação dos documentos e seus componentes quando utilizadas as tecnologias digitais faz com que, em muitos casos, não seja observada de maneira clara e objetiva a existência ou não de um documento em determinada situação fática. Tal fato pode ocasionar equívocos quando da utilização correta desses documentos no tangente a sua validade e eficácia quando inseridos em determinada ciência.

Mostra-se necessário aprofundamento, buscando delimitação correta sobre a temática com fins de elucidar e evitar eventuais incorreções quando da aplicação dos documentos. Para o alcance de tal objetivo, proceder-se-á a análise sobre o prisma do plano da existência, fazendo com que qualquer análise sobre a validade ou eficácia dos documentos seja remetida a estudos futuros ou paralelos, sob pena de tornar inalcançáveis os objetivos propostos pela proliferação exponencial de peculiaridade de cada área.

A análise unicamente sob o aspecto da existência visa buscar a apresentação de um conceito genérico de documento, já que é condição base para a construção de qualquer ciência, neste caso encarando-se como tal inclusive os estudos da Gestão da Informação. Levando-se essa necessidade ao universo das Tecnologias da Informação e da Comunicação, sempre que se busca nelas efetividade e eficiência do processo informacional (BYTHEWAY, 2011), observam-se carências na definição de termos básicos ou ausência de ligação com as Ciências da Informação.

1.2 METODOLOGIA

O método de pesquisa adotado para o desenvolvimento da presente dissertação é a pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (1999), esta espécie de pesquisa é feita a partir de livros de leitura corrente, livros de referência e consulta, além de publicações periódicas.

A presente pesquisa deu-se em duas fases. Na primeira, foi realizada uma pesquisa exploratória ampla da literatura sobre o tema, onde se buscou identificar as principais linhas de pesquisa sobre a temática, bem como os autores mais relevantes sobre o assunto. A seguir, na fase posterior, procurou-se delimitar o objeto de estudo dando-se prioridade aos trabalhos de maior relevância científica e que poderiam colaborar ativamente com o alcance dos objetivos propostos. Para tanto, optou-se por trabalhos que, além de corroborar o alcance dos objetivos propostos, foram identificados como referências sobre o tema, seja pela quantidade de citações em outros trabalhos, seja pela importância do autor em uma determinada ciência.

1.3 OBJETIVO GERAL

Contribuir para a busca da existência de um conceito genérico de documento por meio do estudo e caracterização dos suportes que podem ser considerados documentos.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o conceito de documento.
- Justificar a necessidade de um conceito genérico de documento.
- Apresentar um conceito genérico de documento
- Debater os componentes dos documentos necessários a sua existência.
- Relacionar os documentos e seus suportes.
- Propor uma divisão dos documentos em função de seus suportes.
- Definir base conceitual para futura análise dos documentos nos planos da validade e eficácia.

2 EM BUSCA DE UM CONCEITO DE DOCUMENTO

A presente pesquisa tem entre seus objetivos apresentar um conceito de documento que possa ser utilizado de maneira genérica, em várias ciências, e que satisfaça todos os ramos do conhecimento. Tal discussão não é nova, segundo Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1982, p. 161): nos idos anos de 1932, durante a XI Conferência Internacional do Instituto Internacional de Documentação, celebrada em Frankfurt, Alemanha, a temática foi oportunamente abordada e discutida com a análise da problemática terminológica e conceitual dos documentos.

Observa-se que no ano de 1982, quando ainda a ciência informática engatinhava e a Internet inexistia em âmbito mundial, ficando restrita aos meios militares e acadêmicos, foram identificadas 120 (cento e vinte) acepções diferentes representadas pelo termo documento (SAGREDO FERNÁNDEZ; IZQUIERDO ARROYO, 1982). Atualmente, com a expansão da Internet e o uso massivo de computadores, a tarefa de identificação atual e completa de todos os sentidos da palavra documento tornou-se praticamente impossível em face do aumento exponencial de acepções decorrentes desse uso, causado pelas novas tecnologias e novos ramos do saber.

A dificuldade da tarefa tem início quando se analisa o que vem a ser um conceito, pois enquanto uma simples palavra (significante) contém diversas possibilidades de significação, em sentido contrário “um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido” (KOSELLECK, 2006, p. 109). Ou seja, com o aumento dos significados da palavra “documento” devido ao impacto tecnológico e às peculiaridades de cada ciência, a criação de um conceito que pudesse aglutinar de maneira sintética esses significados em um – ou poucos – significante torna-se uma tarefa desafiadora.

A dificuldade aumenta ainda mais quando se verifica que se deve proceder à observação do objeto a ser conceituado, no caso o documento, através de uma pesquisa sob diversas bases epistemológicas, não podendo ser feito em um ato pontual, mas, ao contrário, ser construído e desenvolvido cuidadosamente, fundado em uma base teórica, sem, porém, se deixar à margem o uso consuetudinário que se dá ao objeto, pois

os conceitos que formam tal base podem ser construídos ao longo do tempo por novas e antigas disciplinas, passando, primeiramente, pelo crivo da comunidade científica [que consolidará ou não a] sua utilização. Os conceitos [que] nascem no cotidiano (senso comum) são apropriados pelo meio científico e tornam-se científicos ao romperem com esse cotidiano, com esse senso comum (FRANCELIN, 2004, p. 29-30).

Ocorre que, com o avanço contínuo das novas tecnologias, em especial da informática, aliado ao aumento exponencial na criação e utilização de documentos nos meios digitais, cada dia mais usuais, muitos dos elementos estruturais que compõem um documento deverão ser revistos, adaptados, eventualmente até mesmo com a criação de elementos novos para uma correta delimitação.

Logo, “é necessário realizar uma investigação que defenda o estudo integral do documento e, conseqüentemente, a construção epistemológica de uma ciência única do documento”ⁱⁱⁱ (LÓPEZ YEPES, 2008, p. 281). Não se trata de tarefa superficial, pois “um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo portanto a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tomado inteligível, uma relação necessariamente tensa” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Aqui se observa que o caminho de especificação da acepção de documento em cada ramo da ciência acabaria por ocasionar um caos conceitual, diante das inúmeras peculiaridades e significantes que surgem diariamente com a criação das novas tecnologias, as quais deveriam ser aglutinadas ao conceito de documento. A conceituação dos documentos em mídias modernas ainda é um campo aberto, sendo imperativa a busca, ao menos embrionária, de um conceito mais genérico e pragmático do que vem a ser um documento.

O panorama atual da contextualização de documento pode ser expresso pelas palavras de José López Yepes, ao afirmar que:

construir uma teoria sobre o documento é uma matéria pendente. A natureza do documento é complexa como evidenciado pelo fato de ser estudo de várias disciplinas, tais como documentação, arquivamento, Bibliografia, Biblioteconomia, etc. e ainda mais se considerarmos mudanças que nele operam através da tecnologia, informações e resultados como documento virtual, digital, eletrônicos, etc.ⁱⁱⁱ (LÓPEZ YEPES, 2008, p. 275, grifamos).

O caminho identificado pela presente pesquisa e que pode contribuir para elaboração de um conceito genérico de documento passa pela análise de seus elementos, tendo em vista que os elementos que compõem um documento são praticamente idênticos nos diversos ramos da ciência.

Considerando os estudos de Rodrigo Rabelo (2006, 2009), pode-se observar que os componentes dos documentos são em essência similares, e, muitas vezes, somente sua denominação varia em cada ciência, além do contexto onde são utilizados.

Vale ressaltar que encontramos a palavra documento com várias designações em diferentes disciplinas e campos do saber, para se referir, por vezes, aos mesmos “elementos documentais”. Dessa forma, as áreas do conhecimento que têm como objeto de estudo ou de aplicação o documento, o conceituam (com termos que muitas vezes se equivalem) de acordo com os seus objetivos e com o grau de relação e interação (RABELO, 2006, p. 118, grifamos).

Diante do exposto, cabe ressaltar que o presente trabalho passará a explorar o documento como uma “coisa”, ou seja, quando ele passa a fazer parte do mundo, logo existindo, deixando-se à margem qualquer análise quanto a sua utilização, já que esta, como será abordado posteriormente, remete aos planos de validade e eficácia, estes sim ligados ao contexto em que o documento é analisado.

Nessa busca de uma epistemologia única do conceito de documento nos tempos atuais, ao se analisar seus componentes, observa-se que a questão do suporte onde o documento se encontra fixado é de caráter determinante, e pode ser utilizada como diferencial para a geração de um conceito genérico, conforme será detalhado em tópicos a seguir.

Outro aspecto identificado pela presente pesquisa exploratória (também a ser tratado na sequência) remete ao fato de que, seja qual for o ramo do conhecimento ou o fim a que se presta um documento, este tem como finalidade primordial a transmissão de uma informação. Assim, busca-se no presente estudo uma delimitação sobre os documentos levando-se em consideração seu **caráter informacional** e seus **componentes materiais** (suporte), sobre os quais será construído o conceito genérico e a apresentação de uma taxonomia em relação às espécies de suporte atualmente utilizadas.

Mostra-se, assim, uma necessidade latente de atualização e objetivação do conceito de documento, pois, em face das evoluções tecnológicas, deve-se pensar ou repensar os conceitos até então vigentes em função da sua aplicabilidade. Diante desse contexto, a presente proposta limita-se a apresentar um estudo sobre o caráter semântico do conceito de documento, deixando à margem o aspecto etimológico¹, por não fazer parte dos objetivos inicialmente propostos.

¹ Esse termo, "*documento*", parece provir do indo-europeu *dekos*, o que, a ser verdade, importaria em reconhecer-lhe uma origem de religação com Deus: *religare* é tornar a unir, e *dekos* era o gesto das mãos estendidas, quer para oferecer a Deus, quer para receber de Deus. Não se pode dizer, embora, com qual maior ou menor fidelidade, nessa ideia de religar, se preservava a tradição primitiva. Uma coisa é a religiosidade espontânea dos povos primitivos (e que se conjectura existisse nos pré-históricos); outra, a gradação da verdade em suas crenças e cultos.

Dekos deriva da raiz *dek*, *dock* ou *doc*, da qual resultam inúmeras palavras, entre as quais o verbo latino *doceo* e, a partir dele, o substantivo *documentum*. *Doceo* significa ensinar, instruir, informar, fazer aprender. Daí a derivação *docibilis* – o que aprende facilmente; o instruído, o ensinado. Ou também *docilis* – com o mesmo sentido de *docibilis*. *Docilitas* é a docilidade ou aptidão para aprender com facilidade. Na mesma linha: *docte* (doutamente, sabiamente, prudentemente), *doctiloquus* (o que fala doutamente, o que fala bem), *doctor* (o que ensina, o mestre), *doctrina* (ensino, instrução, teoria, modo de proceder). Já *docimen*, *docimentum*, *documen* ou *documentum* correspondem a, quando menos, três acepções: 1) aquilo com que alguém se instrui; 2) aquilo que se refere ao ensino; 3) aquilo que se ensina.

A palavra *documentum* surge historicamente entre o século I a.C. e o século V d.C.: alguns, com efeito, sustentam que a palavra já se encontra em Cícero (106-43 a.C.), com o sentido de "meio para o conhecimento de uma coisa que se acha fora do documento"; outros sustentam que o termo documento surgiu com as Epístolas de S. Agostinho (séc. IV d.C.). No século I d.C., há referência ao uso da palavra *documentum*, com o sentido de *argumentum*, em uma passagem de Ovídio. Parece certo que foi Justiniano (séc. VI) quem, por primeiro, elaborou normas acerca do modo de redigir os documentos públicos. Os termos *documentum*, *instrumentum* e *scriptura* eram então empregados como sinônimos, significando "instrumentos probatórios", embora particularmente se designassem os instrumentos redigidos por tabeliães de *instrumenta* ou *documenta publicae confecta*. (DIP, 2009, p.18-19).

3 O CONCEITO GENÉRICO DE DOCUMENTO

Como visto no tópico anterior, a tarefa de conceituar qualquer instituto é inglória. Em se tratando do objeto do presente estudo, o documento, ainda mais árdua em virtude da peculiaridade ocasionada pela multiplicidade de visões incidentes sobre a temática e da diversidade de ciências que se utilizam do conceito, trazendo para ele as peculiaridades pertinentes a cada área.

Para dificultar ainda mais a tarefa, “pouquíssimos artigos científicos propõem uma definição atual do documento, e é menor ainda o número de quem o discute”^{iv} (PEDAUQUE, 2003, p. 1). Por oportuno, cabe lembrar que não se inclui no escopo do presente estudo uma aprofundada discussão etimológica do termo documento, que pode ser encontrada em Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1982).

Pode-se concluir que a função precípua de um documento é a transmissão de informação, indiferente de seu conteúdo, tanto que é costumeiro encontrar na literatura a tratativa de documento como sinônimo de informação, já que “não existe [...] grande diferença entre ambas as concepções, pois quando o objeto se busca no documento informativo, mensagem em um suporte; e quando se busca na informação, esta se concebe como informação documental, registrada e durável”^v (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 30).

Com isso, é possível afirmar que um documento sempre portará algum tipo de informação, mesmo que em potencial, fazendo com que documento sempre seja sinônimo de informação, ou, segundo Buckland (1991), informação como coisa², sendo, no presente aspecto, a coisa um documento qualquer, este sempre possuidor de uma informação potencialmente transmissível.

Na acepção que trata a informação como um ente material ou, nas palavras de Buckland (1991), “informação como coisa”³, o termo informação também pode ser atribuído a objetos, como os dados e documentos, porque eles são

² Outras posturas teóricas sobre acepções de informação podem ser encontradas em Blanca Rodrigues Bravo (2002, p. 45-74) que as apresenta como: ente material, objetiva, subjetiva e como processo.

³ Michael Buckland (1991) distingue o termo informação em: informação como processo, como conhecimento e como coisa.

considerados como informativos, por “ter a qualidade de transmissão de conhecimento ou comunicar informação; instrutivos”^{vi} (BUCKLAND, 1991, p. 2).

Portanto, a informação, geralmente tratada como algo intangível, passa a ser considerada como objeto tangível, podendo ser representada por um documento, objeto do presente estudo. Ou seja:

A concepção informativa do documento, parecida com a perspectiva antropológica, se encontra em Paul Otlet quando este entendia o livro em seu conjunto como “memória materializada da humanidade”. Esta concepção, hoje sabemos, deve ser aplicável a todo tipo de objeto informativo e não somente aos livros. São meios para transmitir informação e, como tais, podemos considerá-los documentos, ou seja, “manifestação de um conteúdo informativo”. A fixação da informação sobre algum suporte material com a intenção de transmiti-la compõe, como já vimos, o documento. **Isto significa que, estruturalmente, o documento se compõe de uma mensagem informativa e de um suporte que lhe serve de veículo.**

Se a perspectiva antropológica era acertada, o que ocorre é que alguém “fixa” ou registra certa informação sobre um suporte material com a finalidade de assegurar sua “transmissão” a outro ou outros (agora ou no futuro). Fixar para transmitir, eis aqui o eixo que une solidamente um componente imaterial (informação) a outro perfeitamente material (suporte)^{vii} (REIG CRUAÑES, 2005, p. 3, grifamos).

Na mesma linha, Pedauque (2003) propõe a análise sob três aspectos, o documento como forma, signo e meio. Pensando-se no documento como forma, conclui-se que “o documento se percebe aqui como um objeto de comunicação que se rege por regras de formalização mais ou menos explícitas, materializado por um contrato de leitura entre um produtor e um leitor”^{viii} (PEDAUQUE, 2003, p. 4).

Tal proposição vai ao encontro dos objetivos estabelecidos ao afirmar, em essência, que um documento viria a ser um objeto de disponibilização de informação entre um produtor e um leitor e que esta informação é fixada em algo – o suporte, conforme se verá a seguir – geralmente por regras comuns ao processo, independente do fim a que se propõe.

Nesse contexto, o documento seria um marco implícito de comunicação, observando-se uma independência do conteúdo do documento com o contexto no qual ele foi criado, bem como em qual será utilizado. Ou seja, **“o documento se estuda no marco de um protocolo implícito de comunicação, com independência de seu conteúdo textual ou contextual”**^{ix} (PEDAUQUE, 2003, p. 4, grifamos).

Assim, tem-se algo (plano da existência, conforme a seguir percorrido) ou “coisa” que pode transmitir informação. **Eis o primeiro pilar do conceito genérico de documento: uma informação.** Diante do exposto, pode-se considerar documento como sendo

uma série de signos ou sequência de sinais: para que um signo possa formar uma mensagem deve possuir uma referência reconhecida pelo emissor e pelo receptor. Todo conjunto de signos pode ser considerado um documento quando tenha um receptor potencial^x (REIG CRUAÑES, 2005, p. 4).

Cabe ressaltar que a intenção de transmissão da informação é condição necessária para a criação de um documento, sob pena de se considerar qualquer coisa que possua informação potencial como um documento. Observa-se que um documento é uma espécie de fonte de informação, esta de caráter mais amplo do que o de um documento, assim:

se consideram fontes de informação os materiais ou produtos, originais ou elaborados, que contribuem com notícias ou testemunhos através dos quais se chega ao conhecimento, seja qual for. Estes materiais ou produtos que constituem fontes de informação são sinais, testemunhos ou conhecimentos encaminhados pelo homem no decorrer do tempo e podem ser restos biológicos, monumentos, documentos, livros ou produtos de computador, tudo aquilo que forneça uma notícia, uma informação ou um dado.^{xi} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 97)

Para que um documento seja considerado uma espécie de fonte de informação, Armando B. Malheiro da Silva (2006) tece uma diferenciação conclusiva e que visa não deixar margem a qualquer espécie de confusão conceitual entre os dois termos. Segundo o autor,

o documento é entendido como o suporte que contém e dá acesso a uma mensagem potencialmente informativa para um receptor. A mensagem é emitida sempre com uma intenção comunicativa, daí que se torne necessário distinguir os conceitos de documento, de fonte de informação e de recurso informativo: no primeiro, há a vontade do emissor de informar ou de deixar registro de um fato para a posteridade, sendo a informação potencial; e, os outros dois conceitos ultrapassam o sentido estrito de documento, na medida em que abarcam tudo o que proporcione a um utilizador concreto informações, documentos, objetos, instituições e pessoas (MALHEIRO DA SILVA, 2006, p. 332, grifamos).

Nesse ponto, faz-se presente **o segundo pilar do conceito genérico de documento buscado: o suporte**. Este, responsável pela longevidade da informação contida no documento e conseqüentemente do próprio documento, pois ambos os componentes possuirão uma simbiose responsável pela caracterização da existência do documento.

Note-se a necessidade de intenção da transmissão de uma informação. Assim não o fosse, uma simples folha de papel em branco, que pode conter interesse para arqueólogos e historiadores, por exemplo, seria considerada um documento, já que é suporte.

Pode-se afirmar que “o suporte documental é a base material, é o meio de sustentação, veiculação e garantia de permanência da informação. O suporte é o componente de natureza concreta, corpórea, sólida, tangível do documento” (SILVINO FILHO, 2009, p. 5).

Observa-se, assim, que o pretendido conceito genérico de documento deve remeter a algo que contenha uma informação criada conscientemente com esse fim, e que tal informação esteja fixa em alguma espécie de suporte, criando uma “coisa”, o documento. Em outras palavras, a referida análise permite afirmar que, genericamente, um documento não é nada além de uma informação potencial fixada em algo (o suporte); logo, forma-se uma “coisa” que podemos chamar de documento, como afirmam Buckland (1991) e Carnelutti (2005).

Ressalta-se a tendência natural dos pesquisadores da temática, que procuram evitar uma definição genérica do conceito de documento sob a justificativa de que o conceito deve variar conforme o ramo da ciência em que o documento é gerado, armazenado ou utilizado.

Costumeiramente, defende-se que o conceito de documento teria significados diferentes e por vezes antagônicos em cada especialidade. Nessa linha de pensamento, cada área do conhecimento adotaria um conceito diverso, existindo assim várias espécies de documentos, por exemplo: jurídico, diplomático, notarial, arquivístico, histórico, administrativo, entre outros.

A título exemplificativo, observa-se no estudo de Juan Carlos Galende Díaz e Mariano García Ruipérez algumas definições de documento⁴ em diferentes ramos da ciência, que, a despeito de qualquer discussão sobre aspectos, componentes apresentados e validade ou não das definições a seguir dispostas, tem por objetivo a identificação de elementos comuns às acepções listadas. Sob esse prisma,

se considera **documento jurídico** qualquer testemunho escrito, legalmente válido, destinado a ser prova jurídica de um fato. Enquanto que um **documento notarial**, segundo J. Bono Huerta, é <a configuração escrita (scriptura: conscriptio), e como tal formalmente determinada, de uma atuação juridicamente relevante (negotium: actio)>, realizada pelo notário, pessoa legalmente estabelecida para tal encargo.

Muito mais amplo é o conceito de **documento histórico** entendido com qualquer testemunho escrito que possa dar fé de um fato, porém carecendo de forma e força legais.

[...]

O **documento administrativo** foi definido por F. González Navarro como <aquela coisa móvel suscetível de ser incorporada diretamente a um expediente – com numeração ou paginação – e que possui credibilidade, mediante escrita ou qualquer símbolo – fotografia, desenho –, uma ideia, um pensamento ou uma realização humana, ou inclusive uma situação ou aspecto da natureza>.

[...]

Segundo C. Gutiérrez Muñoz os **documentos arquivísticos** são tão somente <os que tenham sido produzidos ou reunidos por indivíduos ou por instituições em razão das funções ou atividades que desempenham para conseguir determinados fins>.^{xii} (GALENDE DÍAZ; GARCÍA RUIPÉREZ, 2003, p. 22-24, grifamos).

Para corroborar a justificativa da busca de um conceito genérico de documento, observa-se, pelas definições coletadas pelos autores da citação, a existência de referências aos objetivos para os quais os documentos são criados em cada área, assim diretamente ligados a sua eficácia.

Percebe-se também ser possível afirmar que o conceito de documento como uma informação potencial voluntariamente fixada a um suporte é aplicável em todas as acepções apresentadas, já que esse conceito genérico invariavelmente está presente, fazendo que um documento exista (plano da existência) havendo variações nos conceitos apenas em aspectos relativos a sua validade na ciência

⁴ Observa-se, pelas definições, que é utilizado o termo escrito; porém, conforme já discorrido no presente estudo, desde Paul Otlet se consideram outras formas de elementos documentos, como foto, vídeo, entre outras mais modernas, quando “o conceito de documento deixou de ser restrito somente aos documentos textuais e impressos, passando-se a considerar novos suportes e novos tipos de documentos” (RABELO, 2009, p. 175).

onde está sendo analisado (plano da validade) e de sua eficácia para o fim pretendido (plano da eficácia).

Tal afirmativa pode ser corroborada pela apresentação de dois trabalhos distintos sobre a mesma temática: enquanto Bennasar (2010) trata da validade e eficácia dos documentos eletrônicos (tratados no gênero englobando os analógicos e os digitais) no âmbito jurídico espanhol, Marques (2011) faz análise similar, porém utilizando a legislação brasileira. Evidentemente, as conclusões a que os autores chegaram são divergentes – e não poderia ser diferente, pois as análises são efetuadas por meio de requisitos de validade e eficácia de seus respectivos países. Porém, ambos partem de algo em comum, a existência do documento.

Neste ínterim, justifica-se a diferenciação do senso comum acadêmico da abordagem adotada, quando se apresenta um conceito genérico de documento. Analisa-se o documento em três planos distintos: existência⁵, validade⁶ e eficácia⁷.

Sem o intuito de esgotar o assunto, cabe uma breve exposição sobre os referidos planos, cabendo observar que, conforme Mello (2011, p. 133-134), os vocábulos existência, validade e eficácia são utilizados com conotação igual e até mesmo como sinônimos, quando na verdade expressam sentidos totalmente distintos, não sendo possível tratá-los como iguais.

Para se analisar o plano da **existência**, observa-se que existir é estar no mundo e poder dar-se forma (MELLO, 2010a, p. 28). Existir é situação fática constatável de ser na realidade. Nesse sentido, um documento existe quando está posto no mundo independentemente de ser válido ou eficaz.

Continuando o raciocínio, o autor afirma que **o plano da existência é o plano do ser, e neste não se cogita qualquer análise sobre os planos da validade e da eficácia**, além de afirmar “**que o elemento existência é a base de que dependem os outros elementos**” (MELLO, 2011, p. 134, grifamos).

Pelo disposto, pode-se auferir que, para se caracterizar a existência ou não de um documento, bastaria que fosse seguido o conceito genérico aqui apresentado e detalhado, em que basicamente se tem uma **informação potencial voluntariamente fixada em um suporte**, podendo-se afirmar que o documento existe.

⁵ 1. O fato de existir, de viver; vivência. [...] 3. Realidade. (FERREIRA, 2004)

⁶ [...] 4. Legítimo, lícito, legal. 5. Lícito, justo; certo, correto. (FERREIRA, 2004)

⁷ 1. Que produz o efeito desejado; que dá bom resultado. (FERREIRA, 2004)

As ditas espécies de documentos, ou a costumeira afirmação de que o conceito de documento varia conforme o ramo do conhecimento onde ele se insere, estão ligadas a análises variáveis sobre os demais planos (validade e eficácia), o que ocasiona uma variedade enorme de conceitos de documento. Diante disto, os eventuais requisitos de validade de um documento apresentam condições gerais estipuladas em cada ciência conforme as estas tratam os documentos, respeitando as peculiaridades e requisitos de cada área.

Assim, no plano de **validade** é que se faz a triagem do que é perfeito e o que está eivado de defeito invalidante, levando-se em consideração o fim a que se destina, porém a invalidade pressupõe a existência (MELLO, 2011, p. 135). Diz-se válido o que “é perfeito, isto é, os seus elementos nucleares não têm qualquer deficiência invalidante, não há falta de qualquer elemento complementar” (MELLO, 2010b, p. 34), ou seja, o documento deve estar em plena consonância com a ciência onde está sendo gerado, armazenado ou aplicado, levando-se em consideração os seus requisitos dentro de um contexto estipulado.

Cabe ressaltar que um documento pode existir mas não ser válido para alguma ciência por não cumprir certos requisitos, porém não deixa de ser documento (plano da existência), sendo somente destituído de validade (plano da validade), podendo apresentá-la em outro contexto ou ciência, contudo sem nunca deixar de existir como documento.

Já a **eficácia** mede a relação entre os resultados obtidos e os objetivos pretendidos, ou seja, a eficácia analisa os efeitos produzidos. Cabe observar que “o plano da eficácia, como o da validade, pressupõe a passagem [...] pelo plano da existência, não, todavia, essencialmente, pelo plano da validade” (MELLO, 2011, p. 137).

Eficácia, palavra originária do latim *efficacia*, é a capacidade de alcançar o efeito esperado ou desejado através da realização de uma ação. A eficácia não deve ser confundida com eficiência, que também é originária do latim, *efficientia*, e se refere ao uso racional dos meios para alcançar um objetivo predeterminado, ou seja, cumprir um objetivo com o mínimo de recursos disponíveis e tempo. A análise da eficácia de um documento deverá ocorrer em conformidade com o fim a que ele se propõe no campo do conhecimento em que está posto.

Tal análise é pertinente, tendo em vista que a “utilidade de um documento é relativa, pois irá depender do contexto em que determinados objetos serão evocados quando imbuídos de informação relevante” (RABELO, 2009, p. 161).

Por meio dos conceitos apresentados, percebe-se que as tendências de distanciamento de uma definição genérica de documento se justificam quando fazem referência aos planos de validade e eficácia dos documentos. Tal prática é perfeitamente válida, porém cabe ressaltar que, em caso de um documento não suprir algum requisito especificado em uma dita ciência, ele não deixa de ser documento, ou seja, existir, perdendo apenas sua validade ou eficácia quanto ao uso pretendido.

Assim **“de forma genérica, se pode definir o documento como qualquer informação fixada sobre um suporte”**^{xiii} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 138, grifamos), e qualquer documento que se enquadrar nesse conceito genérico sempre existirá, podendo ou não possuir validade ou eficácia.

Para melhor compreensão da análise pretendida, faz-se necessária uma revisão exploratória nos principais elementos que compõem um documento e que remetem ao plano da existência.

4 ELEMENTOS QUE COMPÕEM UM DOCUMENTO

Um documento, seja qual for a acepção que lhe é dada, genérica ou mais específica, tem componentes comuns que, conforme sua aplicação ou análise a ser efetuada, apresentam maior ou menor relevância em relação ao plano da validade e eficácia em que esse documento é posto.

Buscando a generalidade e objetivação pretendida, salienta-se que mesmo havendo uma variação na nomenclatura atribuída aos elementos, que muitas vezes carregam o mesmo significado, observa-se que a divisão desses elementos em três categorias centrais permanece essencialmente inalterada.

Nesse sentido, observa-se que Paul Otlet (2007, p. 46), ao tratar a visão de conjunto de um documento, apresenta como seus componentes:

- a) elementos materiais;
- b) elementos gráficos (signos);
- c) elementos linguísticos;
- d) e, por fim, elementos intelectuais.

O autor belga justifica-se afirmando que um documento vem a ser “um suporte de certa matéria e dimensão, eventualmente dobrado ou enrolado, onde se incluem sinais representativos de certos dados intelectuais”^{xiv}.

Para Martin Vega (1995, p. 47, apud RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 102), todo documento apresenta três tipos de componentes:

- a) componentes físicos ou materiais;
- b) componentes formais;
- c) componentes conceituais.

Nota-se, respeitadas pequenas diferenças conceituais defendidas pelos autores, e principalmente como os elementos são por eles chamados, que esses elementos apresentam grande identidade, sendo muitas vezes complementares entre si. Assim, para continuidade do presente estudo, serão adotados como componentes de um documento aqueles expressos na nomenclatura utilizada por Martin Vega, por apresentar-se mais atual e seguir uma tendência nos estudos do assunto, conforme se observa na citação seguinte.

Todo documento possui uma estrutura constituída tanto pela matéria mediante a qual a representação se faz perceptível (pedra, pergaminho, etc.), como pelo meio que se adota para fixar nesta matéria a representação (signos, gráficos) e pelo conteúdo propriamente dito do documento. Os elementos que compõem a estrutura documental seriam, pois, matéria, meio e conteúdo^{xv} (GALENDE DÍAZ; GARCÍA RUIPÉREZ, 2003, p. 19).

Enfim, para continuidade do presente trabalho e para fins didáticos, será adotada a nomenclatura que leva em consideração, como componentes dos documentos, os aspectos materiais, formais e conceituais, os quais serão pormenorizados na sequência.

4.1 COMPONENTES MATERIAIS – SUPORTE

Para o enfoque aqui buscado, o componente material, ou seja, o suporte do documento, é de suma importância, formando o cerne da discussão aventada, tendo em vista tratar-se do componente que mais sofreu os impactos das modernas tecnologias.

Por óbvio que a evolução dos suportes, partindo das primeiras inscrições feitas em pedras pelos homens primitivos até as atuais técnicas de computação em nuvem⁸ (em inglês, *cloud computing*), não ocorreu de maneira abrupta, porém é preciso ressaltar que tais modificações estão ocorrendo com uma aceleração exponencial, fazendo com que cada nova tecnologia fique obsoleta em cada vez menos tempo.

Essa característica produz uma consequência importante para o presente estudo, pois “a noção de suporte perdeu, assim, sua primeira nitidez. Mas no marco da nossa equação (suporte = inscrição) as consequências que o digital tem para o segundo termo, o da inscrição, são totalmente radicais. A inscrição implica codificação, operação familiar na comunidade informática”^{xvi} (PEDAUQUE, 2003, p. 6).

⁸ Refere-se à utilização da memória e das capacidades de armazenamento e cálculo de computadores e servidores compartilhados e interligados por meio da Internet.

Percebe-se que a diferença entre as primeiras formas de inscrição e as atuais é enorme, tornando a forma de criação, leitura e conservação dos documentos uma tarefa cada dia mais peculiar, pois

cada tipo de suporte tem, além de suas propriedades específicas com relação a durabilidade material, estabilidade do registro, acessibilidade, imediatez visual, etc., a possibilidade de albergar diversos sistemas de registro: sistema analógico (ou seja, que representa a realidade por analogia física) ou digital (representa a realidade mediante um código binário)^{xvii} (REIG CRUAÑES, 2005, p. 8).

Cabe aqui um aprofundamento nas principais características dos componentes materiais e que servirão de base teórica para a tipificação, ou seja, existência das espécies de documentos, servindo também como base teórica para a análise, em futuros trabalhos, da validade e eficácia dessa tipificação em outros ramos do conhecimento, partindo do conceito genérico de documento apresentado.

Por óbvio, assim como os próprios componentes dos documentos, suas características não são unanimidade entre os pesquisadores, variando principalmente conforme a ciência sobre a qual está sendo realizada a pesquisa. Assim, um autor das ciências jurídicas tende a focar em características mais formais, ao contrário de uma pesquisa realizada no campo histórico, que tem seu foco mais voltado aos aspectos conceituais.

Com isso, algumas características identificadas na pesquisa foram propositadamente deixadas fora do presente estudo – por exemplo, portabilidade, acessibilidade, confidencialidade, entre outras – por não contribuírem diretamente sobre o resultado final deste trabalho, que leva em consideração o plano da existência como parâmetro, deixando de lado o plano da validade e eficácia, em que essas características são realmente analisadas.

Logo, a fim de manter um caráter genérico e multidisciplinar da presente pesquisa, buscar-se-á uma apresentação o mais abrangente possível, o que inviabiliza a possibilidade de esgotamento de cada uma das características apresentadas no presente tópico, assim como nos posteriores.

4.1.1 Características dos Componentes Materiais

4.1.1.1 Materialidade

A presente característica sempre foi tratada de maneira intuitiva pelos pesquisadores até o surgimento das novas tecnologias, pois as primeiras concepções de documento até o papel, antes das novas tecnologias, remetiam o conceito de documento ao que se podia sentir diretamente pelos sentidos humanos, em especial a visão e o tato. E não podia ser diferente, pois inexistia qualquer outra forma de fixação e recuperação de uma informação fixada em algo que não fosse pelos sentidos.

Já com o surgimento de novas tecnologias (eletrônicas, digitais, etc.), esse raciocínio sobre a materialidade mudou. A materialidade, tanto nas formas tradicionais de documento como nas que utilizam das modernas tecnologias, trata-se de algo físico, corpóreo, existente em todos os documentos, sendo um requisito necessário para sua existência.

Assim, pode-se afirmar que um documento “é uma coisa, um objeto físico (em contraste com o objeto abstrato)”^{xviii} (LUND, 2010, p. 741). O documento, mesmo que na Web, “é algo real, visto que é composta de máquinas e documentos interconectados” (VOLPI NETO, 2009, p. 78).

Nesse sentido, também se encontra que “o documento não é um ato, senão uma coisa” (CARNELUTTI, 2005, p. 187), corroborando a aceção de informação como “coisa” defendida por Michael Buckland, fazendo com que o suporte funcione como o elemento responsável pela fixação da informação.

Resta demonstrado que a materialidade é “condição imprescindível para que se possa falar de documento”^{xix} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 95), ou seja, para se falar em existência do documento indiferentemente do ramo da ciência em que ele está inserido; é condição *sine qua non* para a existência do documento independente da espécie de suporte.

4.1.1.2 Integridade

A importância da integridade, em especial na atualidade, é um dos critérios mais relevantes a serem tratados quando se fala em documento, já que, com o uso das mais modernas ferramentas, a adulteração e/ou modificação dos documentos tornou-se tarefa simples.

A despeito do contexto tecnológico atual, tal preocupação já existia desde os tempos mais antigos, em que a única espécie de suporte existente era a que podia ser manuseada pelos sentidos humanos. Já nessa época, afirmava-se que “o documento deve estar isento de quaisquer vícios ou de vestígios de vício; as riscaduras, as interpolações, os accrescimos [sic] e trocas de palavras fazem acreditar ter elle [sic] sido alterado” (MITTERMAIER, 1879, p. 469)⁹. Nesse sentido, pode-se afirmar que “a integridade visa proteção contra modificações, duplicação, inserção, remoção ou re-ordenamento [sic] de mensagens” (CORDEIRO DA SILVA ET AL, 2008, p. 10).

A abordagem da integridade esbarra no uso a que se propõe o documento em questão e na informação potencial nele constante. Saber se um registro foi ou não alterado é condição necessária em qualquer ciência que utilize o documento a fim de proporcionar credibilidade ao conteúdo nele constante. Denota-se que tal análise costumeiramente remete aos planos da validade e eficácia, conforme anteriormente analisado, pois tal requisito está intimamente ligado à confiança da informação contida no documento e ao uso a que se presta o documento no tangente a sua validade e eficácia.

Em uma análise diversa, pode-se ligar o requisito da integridade ao plano da existência de um documento. Observa-se que quando um documento é adulterado, seja materialmente, seja formalmente, ele deixa de existir, surgindo em seu lugar um novo documento, o documento adulterado. Porém, isso ocorre somente quando a informação a ser transmitida foi alterada ocasionando a perda da informação anterior ou a modificação de seu contexto, surgindo assim o que se pode chamar de falso original.

⁹ A grafia segue o original com língua portuguesa do século XIX.

O documento adulterado poderá apresentar ou não as condições de validade e eficácia em determinado contexto, porém não existe a possibilidade de ambos – o anterior (sem alterações) e o atual (com alterações) – serem tratados como idênticos, não podendo se falar em mesmo documento, já que são documentos distintos, com informações distintas, e assim devem ser tratados. Em algumas situações, dependendo do fim a que se presta, o novo documento (adulterado) poderá ser utilizado, porém a informação nele contida não poderá ter sido adulterada, como, por exemplo, no caso de uma simples rasura que não interfere diretamente na informação transmitida, não se tratando de um novo documento.

Diante do exposto, pode-se concluir que a manutenção da integridade de um documento também é condição *sine qua non* para sua existência, sem a qual o documento deixa de existir, pois ela vem a ser “a garantia oferecida ao usuário de que a informação correta, original, não foi alterada, nem intencionalmente nem acidentalmente” (LUCCHESI, 1986, p. 3), já que o documento existirá enquanto a informação nele contida não for alterada.

4.1.1.3 Permanência

Inicialmente, cabe ressaltar que tal característica dos suportes dos documentos não tem uma denominação nos autores pesquisados, surgindo a necessidade de fazê-lo. Destaca-se que tal característica está presente indiretamente nos autores que compõem a base teórica que dá embasamento a este trabalho. Porém, foram identificadas as seguintes denominações que merecem destaque: “perpetuidade, durabilidade, longevidade e permanência”¹⁰. Para os fins acadêmicos propostos, optou-se pela denominação dessa característica como permanência, por se referir a algo que existirá por um período de tempo, mantendo a

¹⁰ Em Ferreira (2004), tem-se que:

Perpétuo: Que não cessa, que dura sempre; constante, contínuo, permanente; perene, eterno.

Durável: Que pode durar muito; duradouro.

Longevo: Que dura muito. Que tem muita idade; macróbio. Duradouro.

Permanente: Que permanece. Que dura sem intermitência nem mudança. Constante, ininterrupto; definitivo.

informação potencialmente disponível. Assim, não se trata de algo pontual, muito menos eterno, mas sim estável.

Cabe observar que o suporte sofreu um profundo impacto com o intento das novas tecnologias, e, em consequência disso, conjuntamente com o fato de a presente característica estar intimamente ligada ao suporte – já que no contexto aqui tratado considera-se um documento como um “conjunto de informações relevantes e duradouras fixadas em um suporte igualmente permanente”^{xx} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 32) –, a questão da permanência de um documento também vem sofrendo diretamente os impactos das novas tecnologias.

Observa-se que a questão de o suporte ser permanente é apresentada como necessária para a existência de um documento. Tal peculiaridade é diretamente ligada aos aspectos materiais de um documento, pois, aqui, “a ideia de permanência está caracterizada na expectativa de vida do material” (MUNIZ, 2011, p. 17). A questão da permanência de um suporte remete ao fato de que tal condição é necessária para que seja efetivada a transmissão da informação. Assim:

um suporte é uma estrutura capaz de conter informação que, assim fixada, conserva por um grande período de tempo sua unidade e significação intelectual. A fixação da informação para ser transmitida, eixos básicos do conceito de documento, tem aqui a forma de uma estrutura que assegura a conservação e o faz por meio da difusão: **é precisamente a forma que permite que o conteúdo seja repetido para os outros, assegurando assim seu futuro**^{xxi} (REIG CRUANES, 2005, p. 10, grifamos).

Cabe salientar que “o conceito de permanência, aplicado à conservação de documentos, não tem conotação com os de perenidade e perpetuidade, mas com o de longevidade” (SILVINO FILHO, 2009, p. 19). A questão da longevidade de um documento acaba levando a um questionamento que deve ser tratado como um pormenor: até quando um documento deve ou pode existir? Eternamente? Por um período específico? Qual seria esse lapso temporal?

Para responder a tal questionamento, novamente deve-se observar que o presente trabalho trata exclusivamente do plano da existência, não tratando da validade e eficácia do documento. Logo, para que se diga que um documento existe, basta que a informação a ser transmitida esteja fixa em um suporte material por um período de tempo, não interessando qual seja esse tempo, desde que isso ocorra e seja possível o acesso à informação nele contida.

Seria possível questionar se um documento que fique fixo em um suporte que se deteriore em poucos minutos seria ou não um documento, mesmo que sua existência seja por um período diminuto. Poderia se afirmar que um documento dessa espécie não teria validade alguma (plano da validade) ou não serviria para nada (plano da eficácia), mas não há de se questionar sua existência (plano da existência). E existe uma gama variada de documentos, alguns com uma durabilidade maior (por exemplo, uma lápide), outros com duração menor (uma folha de papel), alguns de pequena duração (declaração de amor na areia da praia) e, por fim, alguns existirão por frações de segundos (página dinâmica na Internet).

Pelos exemplos anteriores, observa-se que a situação acaba se agravando ainda mais quando tratamos dos documentos produzidos com a utilização de novas tecnologias, pois estes têm como característica intrínseca a volatilidade do suporte onde são fixados, já que em muitos casos, para se perder um documento armazenado digitalmente, basta desligar o computador ou apagar um link.

Dessa maneira, para que um documento tenha uma durabilidade adequada em sua existência, deve-se buscar um suporte que permita a conservação do documento, “evitando sua deterioração total ou parcial, assim como sua perda definitiva ou destruição”^{xxiii} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 152), ressaltando-se que “a longevidade de um documento depende da boa qualidade dos materiais empregados na sua produção e do tratamento dispensado à conservação do seu suporte” (SILVINO FILHO, 2009, p. 5).

Tal assertiva pode induzir os menos atentos à ideia de que a durabilidade está restrita às formas mais rústicas de documento (pedra, papel, etc.); mas também nos meios onde as formas mais modernas estão presentes, tal característica é necessária para caracterização da existência de um documento. Para corroborar tal afirmativa, basta observar o disposto no Art. 6º da Lei Modelo da Uncitral sobre Comércio Eletrônico, ao afirmar que “quando a Lei requeira que certa informação conste por escrito, este requisito considerar-se-á preenchido por uma mensagem eletrônica se a informação nela contida seja acessível para consulta posterior” (ONU, 1996).

É importante ressaltar que a intersecção das características de integridade e longevidade remete à questão da necessidade em “proporcionar que os documentos permaneçam inalterados ao longo do tempo” (ARAÚJO, 2008, p. 17).

Logo, é importante que uma informação potencial seja fixada em um suporte, esteja disponível em um momento posterior (mesmo que o lapso temporal nesse caso seja pequeno) e permaneça inalterada.

Com isso, pode-se afirmar que a questão da durabilidade de um documento, ou seja, a fixação da informação no suporte, também é condição *sine qua non* para a existência de um documento, remetendo o aspecto do *quantum* desse lapso aos planos da validade e eficácia.

4.2 COMPONENTES FORMAIS

Os componentes formais remetem ao meio que compõe o suporte e aos sinais visuais e especiais, por meio dos quais se transmitem o conteúdo ou mensagem do documento. Para Otlet (2007, p. 46), esses componentes são os elementos gráficos, signos inscritos sobre a substância, sendo compostos pelos textos e as ilustrações, que tiveram nos tempos modernos uma ampliação, podendo compreender inclusive imagens em vídeo. Atualmente, podem-se incluir nesse contexto os hiperdocumentos, que acabam por incluir e fazer interagir diagramas, imagens, sons e textos (CAMPOS, 2001, p. 22).

Não se pode deixar de concordar com Paul Otlet quando este afirma que “segundo a evolução, os signos mais importantes são a palavra e a imagem”^{xxiii} (OTLET, 2007, p. 56), já que até nos dias atuais é justamente isso que ocorre, mesmo que muitas vezes, em função das condições técnicas proporcionadas pela informática, essas sejam apresentadas de maneiras cada vez mais diversas; porém, em última análise, “todo sistema de signos descansa em uma das propriedades físicas dos corpos que se manifestam em vibração e são perceptíveis pelos sentidos”^{xxiv} (OTLET, 2007, p. 56).

Pode-se afirmar que os elementos formais são os que podem ser percebidos pelos sentidos humanos. Não é relevante ao presente estudo que sejam estabelecidas eventuais características sobre quaisquer elementos formais. Desde que exista informação potencial armazenada em um suporte, independentemente da forma em que se apresente, sempre haverá possibilidade de transmissão de informação, tornando-se desnecessária a análise detalhada de eventuais

características para fins de comprovação da existência do documento, deixando-as a cargo de ciências como a Semiótica¹¹.

Em contrapartida, cabe ressaltar que a existência dos elementos formais também é condição *sine qua non* para a existência de um documento, já que uma de suas características apresentadas na discussão pela busca de um conceito genérico de documento remete ao fato de haver uma informação potencial fixada em um suporte, não existindo outra forma de transmissão dessa informação aos seres humanos sem a utilização dos elementos formais.

Por derradeiro, cabe destacar que os elementos formais não precisam ser obrigatoriamente entendidos por todos os potenciais receptores para que os requisitos do plano da existência estejam cumpridos, bastando haver informação potencialmente receptível. Assim, por exemplo, um documento escrito em um idioma dominado por poucos (elementos formais) não perde sua característica de documento (plano da existência), podendo, dependendo de sua aplicação, não possuir validade jurídica (plano da validade) ou, ainda, não apresentar eficácia quando, por exemplo, for apresentado com fins de transmitir conhecimento para um indivíduo que não domina tal idioma (plano da eficácia).

4.3 COMPONENTES CONCEITUAIS

Os componentes conceituais dos documentos apresentam importante fragmento no presente estudo, pois são esses que representam diretamente os aspectos sobre a informação contida no documento. Logo, “trata-se, sempre, de dar forma a qualquer fragmento retirado da realidade, de exprimi-la tal qual ela é, ou de maneira tal que a imaginação possa representá-la”. (OTLET, 1937, p. 1). Portanto, os elementos conceituais “são as ideias (conceitos, sentimentos, atividades, imaginações), são as formas em que se expressam as ideias (exposições científicas e didáticas por uma parte e literárias e artísticas por outra)”^{xxv} (OTLET, 2007, p. 93).

¹¹ Ver Pierce (2010).

Cabe ressaltar que a imensa diversidade de classificações identificadas no presente estudo recai sobre as formas e critérios de identificação, criação e preservação dos elementos conceituais, ora dando-se prioridade a uma característica, ora a outra, conforme a ciência na qual os documentos são utilizados e sua finalidade, o que, diante do apresentado anteriormente, está diretamente ligado aos planos de validade e eficácia do documento.

Ocorre que os elementos a seguir descritos estão sempre presentes nos documentos. E neste estudo, que procura apresentar os documentos de uma maneira genérica, serão abordados seus elementos sem a preocupação de foco em uma ciência específica, mas buscando-se corroborar sua simples existência.

4.3.1 Características dos Componentes Conceituais

4.3.1.1 Autoria

Baseando-se na definição genérica de documento, pode-se observar que este se mostra como um ato consciente de fixação de uma informação em um suporte. Assim, não há como conceber um documento sem autoria, estando esta sempre presente no plano da existência.

O que pode ocorrer é a existência de documentos apócrifos, quando sua autoria é desconhecida (e não inexistente); porém, mesmo não se tendo conhecimento da autoria, o documento não perde sua definição como tal (plano da existência), remetendo o desconhecimento aos planos da validade ou eficácia do uso do documento, quando haverá análise detalhada sobre tal peculiaridade tendo em vista que em algumas ciências, como o Direito, a Arquivística, a Diplomática, entre outras, a questão da autoria é extremamente relevante.

Conforme se observa em Marinoni e Arenhart (2009, p. 539-541), o autor é aquele que cria o documento, podendo ser autor tanto o que efetivamente realizou o ato, bem como aquele que manda o documento ser formado. Percebe-se que existem duas formas de autoria, “o autor imediato (aquele que concretamente confecciona o documento) e um mediato (o que ordena seja a ideia registrada no suporte)” (MARINONI; ARENHART, 2009, p. 540).

Nesse sentido, Carnelutti (2005, p. 320) esclarece que, quando existirem as duas formas de autoria sobre um mesmo documento, trata-se do elaborador (autor mediato) e do autor propriamente dito (autor imediato), sendo que o primeiro é quem emprega energia ao atingimento de um resultado próprio, enquanto que para o autor propriamente dito é decisivo o resultado. Assim, pode-se afirmar que “elaborador é aquele que faz o documento por si, enquanto o autor é o que faz (ou manda que se o faça) para si” (MARINONI; ARENHART, 2009, p. 540).

Nesse momento, vale observar que um documento, embora represente um conteúdo fixado (ideia ou fato) pelo autor, somente torna efetivo o vínculo de seu conteúdo com o documento promovido com a assinatura (subscrição). A assinatura subscrita como conhecemos é única e exclusiva, pois corresponde à escrita manual do subscritor. Assim:

a assinatura tal qual hoje se reconhece pode ser conceituada como sendo o ato físico por meio do qual alguém coloca em um suporte físico a sua marca ou sinal. A marca é personalíssima e tem eficácia e validade jurídica, podendo ser levada ao tabelião para que este faça o seu reconhecimento por semelhança, já que pode ser conservada em arquivos e periciada por meios grafológicos (BRASIL, 2000, p. 1).

Já nos meios eletrônicos e digitais, tal verdade não é absoluta.

esta assinatura digital que se apresenta de forma cifrada não é a mesma assinatura que temos conhecimento, já que não guarda com esta as necessárias semelhanças capazes de equipará-las.

Primeiro porque se formos analisar o conceito de assinatura, veremos que a que se faz por meios digitais não é um ato pessoal do assinante, eis que ela é fornecida por outrem; a duas porque ela não se repete a cada mensagem e portanto não poderá ser arquivada tal qual foi efetivada no ato do seu envio; prosseguindo, ela não está ligada a um meio físico capaz de poder ser submetida a um processo de reconhecimento por semelhança ou periciada por meios grafológicos e por fim não apresenta a marca pessoal de quem está firmando o documento, eis que está representada por uma série de letras, números e símbolos embaralhados de forma ininteligível. Para complementar diríamos que a **Assinatura Digital é transferível**, bastando que o seu proprietário a ceda a alguém e a **Assinatura formal é intransferível** por estar ela indelevelmente ligada ao seu autor (BRASIL, 2000, p. 2, grifos do autor).

Percebe-se a existência de documentos cuja autoria é desconhecida (porém existente), enquanto outros são subscritos (assinados) pelo autor, que, a fim de conferir efetividade à produção de um documento, afirma ser seu autor. Nesse

processo, pode ocorrer que o subscritor de um documento não seja seu autor (assinatura falsificada), e nesse ponto cabe ressaltar que “a linguagem leiga costuma entender por documento autêntico aquele que é verdadeiro, referindo-se basicamente ao seu conteúdo [...], todavia, autenticidade de um documento significa dizer a certeza à sua autoria e, portanto, quanto à sua proveniência” (MARINONI; ARENHART, 2009, p. 580).

Costuma-se tratar como sinônimos os termos identificação e autenticação. Porém, são institutos totalmente diversos, conforme Tulio Vianna (2007) esclarece:

[Autenticação] é um processo de verificação para se assegurar que a pessoa X é realmente quem ela alega ser. Trata-se de uma comparação 1:1, *exempli gratia*, o reconhecimento de firma que tradicionalmente foi realizada pelos cartórios comparando a assinatura manuscrita com uma anterior previamente cadastrada (VIANNA, 2007, p. 2).

Em contrapartida,

[Identificação] é um processo usado para se descobrir a identidade de um indivíduo quando esta é desconhecida (o usuário não faz nenhuma alegação de identidade). Trata-se da comparação 1:N, *exempli gratia*, a comparação da arcada dentária de ossadas desconhecidas com os registros de supostas vítimas até que se identifique de qual delas se trata (VIANNA, 2007, p. 2).

Aparentemente, quando se fala nos tradicionais documentos em suportes táteis, em especial o papel, sua autenticidade é comumente remetida a subscrição (assinatura), instituto com o qual se está habituado, mas “a questão crucial é como você pode ter a certeza da autenticidade dos documentos eletrônicos”^{xxvi} (LUND, 2010, p. 742), de modo que “um dos aspectos que mais preocupam é a forma como se consegue comprovar a autenticidade dos documentos eletrônicos”^{xxvii} (TURMO, 2008, p. 9). Deve-se buscar mecanismo para que sejam delimitados de maneira correta os autores dos documentos produzidos utilizando-se de mecanismos tecnológicos e, por fim, prover uma garantia de certeza de quem realmente os produziu.

Tal situação torna-se mais peculiar, pois “a certeza da autenticidade deve ser uma característica que diga respeito à pessoa do signatário do Documento e não de um equipamento que este utilize” (CLEMENTINO, 2009, p. 95), porém costumeiramente tenta-se atribuir a autoria de um documento à identificação do IP

(*Internet Protocol*) da máquina onde ele foi produzido, procedimento errôneo. Tal atribuição de autoria seria similar a remeter ao proprietário de uma caneta a confecção de um documento escrito, não importando quem fez uso dessa caneta.

Com fins de elucidar eventuais conflitos conceituais, há de se destacar a existência de diferença significativa entre os termos “assinatura eletrônica” e “assinatura digital”. Observa-se que

a expressão *assinatura eletrônica* engloba uma série de métodos já existentes para comprovar a autoria de determinado documento eletrônico ou, ainda, de métodos que possam vir a existir futuramente. Já o termo *assinatura digital* diz respeito exclusivamente ao procedimento de autenticação dos documentos eletrônicos a partir da utilização do método de criptografia assimétrica (SOUZA, 2009, p. 123).

A referida confusão conceitual também ocorre ao se tratar do conceito de documento, quando costumeiramente se confundem os termos “documento eletrônico” e “documento digital”, distinção que será mais bem esclarecida em tópico infra-apresentado.

Vale destacar que, assim como nos documentos, assinatura eletrônica é um gênero, do qual a assinatura digital é uma espécie. Assim, “sob a denominação de assinatura eletrônica inclui-se um sem-número de métodos de comprovação de autoria empregados no meio virtual. A assinatura digital, desta feita, consiste em espécie do gênero assinatura eletrônica” (MENKE, 2005, p. 42).

Nesse sentido, tem-se que a assinatura eletrônica é uma forma de identificação; em contrapartida, a assinatura digital conforme estabelecida pela Medida Provisória 2.200-2 é uma forma de autenticação. Tal diferenciação é de grande importância quando da análise dos planos de validade e eficácia dos documentos, em especial no âmbito jurídico.

Cabe observar que

só terá os mesmos efeitos da assinatura manuscrita aquela assinatura digital aposta com base em certificado digital emitido por uma das autoridades certificadoras credenciadas pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, entidades que têm a obrigação de cumprir todos os requisitos técnicos, administrativos, operacionais e jurídicos elencados nas normas da ICP-Brasil (MENKE, 2005, p. 140-141).

O ato de subscrever um documento, assinando de maneira manuscrita, eletrônica ou digital, não é garantia de que o conteúdo fixado no documento seja verdadeiro, mesmo que se faça uma subscrição (assinatura) com firma reconhecida em cartório, pois “a assinatura posta em raso no escrito particular, na presença de tabelião e por ele reconhecida publicamente a sua conformidade, torna autêntico o documento, com relação a existência e formação do escrito, mas não do seu conteúdo” (CARVALHO, 2009, p. 78).

Ressalta-se um aspecto decorrente da autoria e que está intrinsecamente ligado à materialidade do documento. Isto remete ao fato da geração de documentos secundários (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002), os quais são gerados em razão de um documento já existente. Entre as espécies de documentos secundários, encontra-se a figura da cópia, que remete ao documento original.

Original é o documento que, além de primogênito ou primeiro, é perfeito nas formas próprias de expressão dadas por seu autor. É primogênito no sentido em que se consigna pela primeira vez e de forma definitiva a vontade do autor do ato expressado no documento. Afirma Romero (1994:116-117) que original não é sinônimo de único, pois existem originais múltiplos. As cópias, por fim, não são primogênicas nem são perfeitas. Partem do original ou de uma cópia e não conservam todos os caracteres do original^{xxviii} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 133).

No contexto tratado, “o conceito de originalidade não tem nada a ver, neste caso com o conceito ou ideia de novidade. O adjetivo original faz alusão simplesmente ao que se originou primeiro, do ponto de vista da procedência de uma informação^{xxix} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 109).

A geração de uma cópia faz surgir (plano da existência) um novo documento, que terá sua validade e/ou eficácia analisada conforme o fim a que se dispõe e a ciência em que está posto.

Conclui-se, portanto, que para que um documento exista também é condição *sine qua non* que exista um autor, pois a questão da autoria (e não autenticidade) está presente quando alguém voluntariamente o cria com fins de transmissão de informação.

4.3.1.2 Conteúdo

O documento se concebe, de maneira geral, como um objeto que contém uma manifestação do pensamento, ora representando um fato, ora representando o próprio pensamento de um autor, em que pese o pensamento, segundo Carnelutti (2005, p. 194), também ser um fato que ainda não foi manifestado.

Nesse sentido, pode-se afirmar que:

o documento é a materialização de um processo de comunicação, ou seja, um processo em que se produz a transmissão de informações (relato de fatos, provas, dados, representação de um conhecimento, sentimentos, experiências, etc.). Em combinação com os outros requisitos do documento, o conteúdo adquire uma qualidade especial: a finalidade informativa transforma o conteúdo em uma mensagem (informação em transmissão)^{xxx} (REIG CRUAÑES, 2005, p. 10).

Desta feita, “o documento não é somente uma coisa, senão uma coisa representativa” (CARNELUTTI, 2005, p. 190), já que “o documento se concebe, de maneira geral, como um objeto que contém uma manifestação do pensamento” (CARNELUTTI, 2005, p. 192). Pode-se concluir que o conteúdo “equivale ao aspecto intrínseco do documento, à ideia que pretende transmitir” (MARINONI; ARENHART, 2005, p. 535).

Observa-se que para a existência de um documento deve haver um conteúdo, aqui denominado muitas vezes por informação, sem a qual não se pode falar em documento. Assim, uma folha em branco, por ausência de conteúdo, não é um documento, passando a sê-lo assim que voluntariamente seja fixado um conteúdo (informação) que poderá ser transmitido por meio do suporte e para ser visualizado através dos elementos formais que também compõem o documento.

5 TIPOLOGIA DOS DOCUMENTOS

De acordo com Rodríguez Bravo (2002, p. 153), o estudo da tipologia dos documentos pode ser abordado através de óticas distintas: sob o prisma do suporte, da origem, dos produzidos por entes públicos e dos privados. Conforme o já discorrido, optou-se neste estudo pela análise segundo o suporte, tendo em vista ter sido adotado o conceito genérico de documento como sendo “um conjunto de sinais coerentes, registrados em um suporte material, realizados com intenção de comunicar e que, em sua forma final, podem ser interpretados por um ser humano”^{xxxí} (CODINA, 1994, p. 443). Ou ainda, **“de forma genérica, se pode definir o documento como qualquer informação fixada sobre um suporte”**^{xxxii} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 138, grifamos).

Utilizando-se como aspecto diferenciador o suporte dos documentos, estes podem ser assim classificados:

O *documento real* seria aquele com um suporte material sobre o qual se inscreve ou repousa um documento descodificável diretamente pelos sentidos. [...] surge com a aparição da escrita [...].

O *documento irreal* conta também com um suporte material, porém o usuário não pode acessar diretamente a informação contida: necessita da intermediação de aparelhos leitores. Se trata de um documento já utilizado desde o final do século XIX: o microfilme, os dispositivos, os discos, cassetes, vídeos e também os disquetes, o CD-ROM e o DVD.

Por último, Sagredo entende por *documento virtual* aquele do qual não dispomos nem do suporte tangível nem da mensagem, e para se acessar este último requer-se utilizar os periféricos e recursos adequados que nos permitam acesso em qualquer momento no depósito irreal [...] ^{xxxiii} (SAGREDO apud RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 113, grifo do autor).

Cabe observar que o documento irreal, segundo Codina (2000), pode ser subdividido em duas subespécies: o documento analógico (ou eletrônico) e o documento digital. Nesse contexto, têm-se duas categorias excludentes, em que o digital é sinônimo de binário, ou de bit¹², tornando tudo o que não estiver armazenado em formato binário como analógico ou eletrônico; ou, de acordo com Negroponte (1995), átomos e bits. A referida subdivisão é necessária em face das características peculiares de cada uma das espécies, que serão detalhadas a seguir.

¹² “Um bit não tem cor, tamanho ou peso e é capaz de viajar à velocidade da luz. Ele é o menor elemento atômico no DNA da informação. É um estado: ligado ou desligado, verdadeiro ou falso, para cima ou para baixo, dentro ou fora, preto ou branco. Por razões práticas, consideramos que um bit é um 1 ou um 0.” (NEGROPONTE, 1995, p. 19)

Observa-se que uma taxonomia para os documentos pode ser apresentada como na Figura 1.

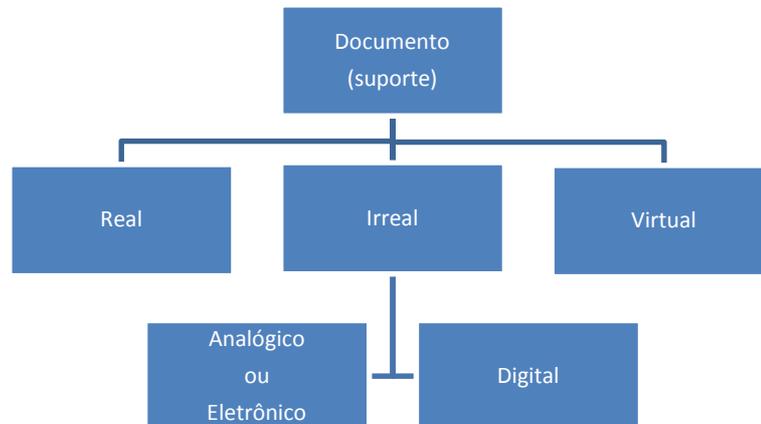


Figura 1: Classificação dos Documentos em Relação ao Suporte. Fonte: Autor.

A classificação dada apresenta categorias excludentes, fazendo com que um documento possa pertencer a somente uma categoria, levando em consideração as peculiaridades de cada espécie, conforme será detalhado na sequência.

Cabe lembrar que a presente dissertação vai contra a corrente de pesquisa mais comum, que aborda a análise da finalidade pretendida com o documento em relação a um ramo de ciência específico e trata, dessa forma, dos aspectos da validade e eficácia dos documentos na referida área do conhecimento.

Aqui, o que se busca é uma generalidade ao se tratar os aspectos da existência ou não do documento no mundo, deixando de lado aspectos peculiares e que não contribuam para uma conclusão satisfatória dos objetivos propostos, sendo necessária apenas a análise dos aspectos formais dos documentos anteriormente apresentados, pois

à exceção de sua característica material (papel, por exemplo), um documento não possui características intrínsecas, dadas por natureza e independentes do contexto em que é analisado. É este contexto que influencia qual o peso e significado será atribuído a uma informação contida em um documento (D'ANDRÉA; 2006, p. 43).

Mais uma vez, resta demonstrada a importância do componente material (suporte) no presente estudo, fazendo plausível a classificação apresentada, que será pormenorizada a seguir.

5.1 DOCUMENTO REAL

A forma classificada como real era até agora a mais usual de documentos vigente na sociedade e remetia aos meios de suporte que podiam ser visualizados pelos sentidos, sem a necessidade de aparatos tecnológicos, por exemplo: a pedra, o papel, entre outras espécies do cotidiano. Isso ocorria principalmente em face da ausência de outras formas tecnológicas que permitissem a fixação de informações em outras espécies de suporte. Dentro dessa espécie de documento, “o papel foi a matéria física sobre a qual mais assiduamente se fixou a informação”^{xxxiv} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 163).

Na busca de uma definição satisfatória, pode-se afirmar que os documentos reais seriam os “que não necessitam de aparatos mediadores para acessar sua mensagem. Seu suporte – o papel ou similar – é um suporte tangível”^{xxxv} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 115).

Principalmente após o advento da prensa tipográfica, os indivíduos acostumaram-se a manusear documentos, armazená-los e utilizá-los diariamente. Assim, a grande maioria dos estudos até agora eram direcionados a essa espécie de suporte, geralmente utilizando o papel como suporte, tendo em vista que ela reinou absoluta por séculos e, mesmo estando gradativamente perdendo suas aplicações para outras formas mais modernas, ainda hoje existe um grande número de documentos, se não a maioria deles, que utilizam essa espécie de suporte.

Ao se analisar os componentes materiais dos documentos classificados como reais, pode-se observar que a **materialidade** é patente e intuitiva, pois “o documento tradicional, em nível microscópico, não é outra coisa senão uma infinidade de átomos que, juntos, formam uma coisa que, captada pelos nossos sentidos, nos transmite uma informação” (ATHENIENSE, 2010, p. 150).

Os suportes, ao longo da história, tanto aqueles originalmente recolhidos na natureza [tais como folhas (palmeiras), ceras, cascas de árvores, cascos e ossos de animais, rochas, etc.] como aqueles preparados ou fabricados pelo homem [placas de argila (ao natural ou cozidas), tábuas de madeira enceradas, metais (chumbo, estanho, bronze, prata, ouro, etc.), papiro, pergaminho, papel, poliésteres, etc.] foram e são utilizados de acordo com a linguagem/natureza das mensagens (visual, sonora, tátil) e os recursos tecnológicos empregados nos processos de armazenamento e recuperação de informações (SILVINO FILHO, 2009, p. 5).

Esse contexto denota que a forma real dos documentos foi e ainda é a mais usual no cotidiano, pois eles podem ser facilmente gerados e visualizados, fazendo com que o aspecto material seja intrínseco a essa espécie de documento.

A **integridade** também é, via de regra, perceptível através dos sentidos humanos; e, sendo necessário, uma observação em níveis microscópicos identificará possíveis alterações ocorridas, seja modificação, inclusão ou exclusão de elementos intelectuais.

Cabe observar que em se tratando do plano da existência de um documento, e conforme já aqui abordado, ter sua integridade violada faz surgir um novo documento, ou seja, uma nova informação fixada no suporte, fazendo com que, em essência, o documento anterior deixe de existir. Essa questão costumeiramente é tratada nos planos da validade e eficácia, pois se considera que, quando um documento tem sua integridade violada, torna o documento inválido ou ineficaz quanto aos fins a que se propõe.

Isso somente ocorre se a informação contida no documento for adulterada, pois sendo o documento uma informação específica fixada em um suporte, quando esta é adulterada, o documento criado pelo autor deixa de existir; o que existe é uma nova informação fixada nesse suporte. Por outro lado, surge um novo autor, quem o adultera, pois a informação potencialmente disponível é diversa da anterior, assim trata-se de novo documento.

Por fim, a **permanência** é característica marcante do documento real, praticamente intuitiva, já que conteúdos gravados em pedra, por exemplo, ainda se encontram disponíveis após milênios. A mesma observação pode ser auferida aos documentos em papel, que, observados os devidos cuidados, podem ser perpetuados pelo maior período de tempo possível.

A principal vantagem da utilização dessa espécie de documento está diretamente ligada à característica de permanência e o faz “tão difundido por conta da estabilidade desse suporte, que não se altera com o tempo” (MARINONI; ARENHART, 2009, p. 535) e pode ser acessado pelos sentidos humanos, em especial a visão.

Cabe observar que algumas formas de documentos reais não têm um período de permanência alto, porém não deixam de existir (ser) documentos. Pode-se citar como exemplo uma declaração de amor feita na areia da praia, que, conforme definição genérica aqui defendida, seria uma informação potencial (dizeres) colocada conscientemente sobre um suporte (areia). Tal documento, com a alta da maré, deixará de existir. Ao contrário, uma declaração de amor feita no papel poderia ser guardada por um longo período pela pessoa amada.

Nesse aspecto, retoma-se a discussão sobre os planos de existência, validade e eficácia dos documentos. Assim, levando-se em consideração o fim proposto (declaração de amor), o documento existe, não havendo de se falar em validade pela ausência de requisitos específicos para a criação de um documento dessa espécie, possuindo por fim eficácia, já que cumpre o papel a que foi destinado, ou seja, uma expressão do sentimento que efetivamente cumpriu seu papel ao ser visualizada pelos sentidos do destinatário, tendo apenas uma permanência escassa.

O exemplo acima demonstra, mais uma vez, que a existência de um documento não pode estar condicionada aos aspectos da validade e eficácia, cabendo a estes planos uma análise pormenorizada conforme o fim a que se destina o documento e o campo do conhecimento onde é analisado.

5.2 DOCUMENTO IRREAL

O documento real não necessita de nenhum aparato tecnológico para sua visualização. Em contrapartida, para o documento irreal, necessita-se de equipamentos tecnológicos específicos para a fixação do conteúdo no suporte, bem como sua visualização, não havendo possibilidade de criação ou visualização imediata do documento pelos sentidos humanos, deixando assim de ser tangível.

Conforme já tratado no presente estudo, o documento irreal é subdividido em duas espécies: o analógico/eletrônico e o digital. Apesar das características similares em alguns quesitos, o principal diferencial entre as subespécies é a natureza binária do documento digital.

5.2.1 Documento Analógico ou Eletrônico

O termo analógico remete a uma representação da realidade expressa por equipamento eletrônico. Assim, “um documento analógico representa a realidade por analogia física”^{xxxvi} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 168); logo, o documento analógico/eletrônico “conta também com um suporte material, porém o usuário não pode acessar diretamente a informação nele contida: necessita da intermediação de aparelhos leitores”^{xxxvii} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 113).

Cabe ressaltar-se que o documento analógico compreende um grande número de formas de armazenamento de documentos fixados em suportes que necessitam de equipamentos tecnológicos para sua visualização, por exemplo, microfilmes, áudios analógicos, filmes analógicos, entre outros, excluindo-se as formas binárias, que, por suas peculiaridades e potencialidades, devem ser tratadas como uma espécie à parte.

As características dos suportes dos documentos eletrônicos/analógicos remetem a uma posição intermediária entre documentos tradicionais e os gerados utilizando as tecnológicas binárias. Por exemplo, a **materialidade** do documento analógico/eletrônico não pode ser observada através dos sentidos e ele pode “necessitar de diferentes aparelhos que operem como mediadores em uma decodificação de um sinal”^{xxxviii} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 168), remetendo a formas sucintas de armazenamento, por exemplo, filmes, microfilmes, entre outros. A necessidade de utilização de mecanismos eletrônicos para o acesso ao seu conteúdo acaba fazendo com que se tenha a sensação de que a materialidade não está presente, o que não é verdade.

Tem-se em Codina (2000, p. 81) que as informações contidas em documentos eletrônicos/analógicos são de natureza diversa e de morfologias diferentes, como texto, imagem, som, etc., tendo uma peculiaridade de fixação e

acessibilidade ao suporte que varia conforme o caso, ao contrário do documento digital, que sempre é formado por bits.

A **integridade** do documento eletrônico também não pode ser auferida através de uma observação superficial sobre o conteúdo, tornando-se necessário um processo mais aprofundado a fim de verificar possíveis adulterações no conteúdo fixado nos meios eletrônicos. A título de exemplo, pode-se citar a inclusão de algumas falas em um áudio fixado em meios eletrônicos, como uma fita cassete, quando, salvo interpolações grosseiras, somente com uma perícia detalhada sobre o documento é que a inclusão poderá ser percebida.

Novamente, cabe a observação de que, em casos como o do exemplo anterior, quando a informação contida no documento for alterada, tem-se um documento novo, conforme argumentos já apresentados.

Por fim, a **permanência** dos documentos eletrônicos tem íntima relação com o que foi tratado no tópico pertinente aos documentos reais, pois o documento analógico é uma representação do real fixado em meios materiais que remetem ao ato de fixação e visualização com uso de equipamentos tecnológicos. Cabe a ressalva da necessidade de manutenção da tecnologia adequada para o acesso ao conteúdo da informação, que não deixará de existir, mas perderá sua eficácia pela impossibilidade de acesso, perdendo a função a que se presta.

A presente espécie de documento serviu de elo de transição entre os documentos reais e os irreais digitais, tornando a utilidade dessa espécie cada vez mais restrita, podendo-se afirmar que se trata de uma forma de documento em vias de extinção.

5.2.2 Documento Digital

O suporte digital, ou seja, em formato de bits, é da essência do documento digital. Assim, pode-se afirmar que o documento digital é o documento “que está codificado sobre a base de uma codificação binária, e que precisa de um computador para lê-lo”^{xxxix} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 166). Ou seja, “se chama documento digital ao conjunto de dados organizados a partir de uma estrutura

estável, associada a regras formais que permitem uma mútua legibilidade entre o seu fornecedor e seus leitores”^{xl} (PEDAUQUE, 2003, p. 9).

Observa-se que “nestes documentos digitais conviverá o texto com a imagem e o som, seu caráter multimídia se acentuará, mas a linguagem estrita continuará sendo o principal veículo para expressar ideias”^{xli} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 164).

Cabe ressaltar que, quanto à **materialidade**, no documento digital “se produz uma dissociação entre conteúdo e suporte, no sentido de torná-los independentes entre si”^{xlii} (REIG CRUAÑES, 2005, p. 8). Tal característica não ocorria nos documentos reais, fazendo com que o documento digital, assim como o analógico/eletrônico, esteja “sempre vinculado e dependente do uso de tecnologia própria para ser revelado” (CHAVES JÚNIOR, 2010, p. 175).

O documento digital, quando tem analisada sua materialidade, pode gerar certa confusão, pois o fato de não se acessar seu conteúdo diretamente pelos sentidos, aliado ao fato de não visualizarmos diretamente seu suporte, acaba por remeter alguns doutrinadores/pesquisadores à falácia de que o documento digital é imaterial, o que não é verdade.

O surgimento da forma digital de suporte, expressa em bits, acabou por introduzir uma confusão generalizada sobre o suporte dos documentos nesses meios, principalmente em decorrência do fato de que o aspecto de fixação da informação ao suporte era anteriormente definitivo; assim, uma vez fixada determinada informação em um suporte, ela não poderia ser retirada sem que o documento deixasse de existir. Essa característica, aliada ao fato de a fixação, bem como a visualização da informação no suporte, necessitar de aparatos tecnológicos, acabou induzindo uma grande gama de pesquisadores e formadores de opinião a afirmar que o documento, ao se utilizar dessas formas de suporte, passa a ser algo incorpóreo, imaterial, pois assim seria seu suporte.

Ocorre que tal afirmativa não é verídica, “trata-se de algo corpóreo. Não importa, já se disse, que se trate de documento informático: alguns técnicos afirmam, em manifesto erro, que o documento virtual é incorpóreo. Falar em corporalidade é falar na matéria em que e por meio da qual se representa um ato” (DIP, 2009, p. 20).

De maneira simplificada, pode-se afirmar que qualquer arquivo de computador deve ser considerado um documento digital, já que possui um tamanho expresso em bits que se manterá idêntico caso o documento não seja alterado. Diante disto, o suporte do documento digital é representado pela sequência binária que o compõe, e esta claramente é material, composta por pulsos elétricos ou magnéticos em um dispositivo de armazenamento.

Um diferencial do documento digital refere-se a sua característica de duplicação, pois “se produziu uma dissociação entre a informação e o suporte, e esta dissociação é a causa das peculiaridades deste novo documento”^{xliii} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 172).

Já Marcacini (1999), ao falar de documento eletrônico, aqui tratado como documento digital, esclarece que este

[...] é a seqüência de bits e, onde quer que esteja gravado, em qualquer quantidade de cópias, mas desde que seja reproduzida exatamente a *mesma seqüência*, teremos sempre o mesmo documento. Dado o fato de que o documento eletrônico pode ser copiado infinitas vezes, mantendo-se exatamente igual à matriz, é impossível falar-se em original, em cópia, ou em número de vias do documento eletrônico. Toda “*cópia*” do documento eletrônico terá sempre as mesmas características do “*original*” e, por isso, deve ser assim considerada. É o caso até de dizermos que não existe *um* original e não existem cópias nem vias do documento eletrônico, enquanto ele for mantido nesta forma (MARCACINI, 1999, grifos do autor).

Trata de identidade de cópias, pois “quando se duplica um arquivo informático a cópia não é igual ao original senão idêntica (um bit não difere do outro bit e entre si são identificáveis univocamente)”^{xliiv} (DARAHUGE; ARELLANO GONZÁLEZ, 2011, p. 37).

Em contrapartida,

os documentos que tiverem origem em meio digital, como por exemplo, o comprovante de compra em loja virtual, a partir do momento em que se faz a impressão desse conteúdo, esta nova forma corresponde a cópia, devendo-se, caso se deseje atestar a veracidade do que ele informa, buscar-se o original, em bits e bytes, podendo tal arquivo ser objeto de perícia, por parte de especialistas (LIMA, 2009, p. 9).

Resta oportuno observar que está a se gerar um novo documento, com suporte em papel, que existirá como documento real com todas as suas características, tendo, porém, validade e eficácia de uma cópia, devendo assim ser interpretado. Logo,

importante salientar que o documento produzido e assinado eletronicamente constitui o original do que ali está registrado. Caso impresso em papel, esse será simples cópia. Não é possível conferir à cópia a validade atribuída ao original. Dúvidas quanto a autenticidade da cópia em papel, somente poderão ser sanadas cotejando o original eletrônico (CHAVES JÚNIOR, 2010, p. 180).

A análise no caminho inverso também é válida. Sendo um documento real transformado através de métodos próprios em documento digital, este existirá como tal, porém apresentará características de cópia quanto à análise de sua validade e eficácia para os fins pretendidos.

A **integridade** do documento digital torna-se um problema em face da facilidade com que o conteúdo dos documentos digitais pode ser alterado sem deixar vestígios da modificação. A solução moderna para a garantia da integridade dos documentos digitais responde por assinatura digital, conforme visto anteriormente, representada pela função *hash*¹³ aplicada ao documento.

Cabe observar que a exigência de assinatura digital com certificado emitido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) é requisito de validade¹⁴ de um documento digital (tratado no texto de lei como eletrônico) e conseqüentemente a mais indicada; porém, para análise do plano da existência, basta que haja certeza quanto à ausência de eventuais modificações ocorridas no documento, pois “a premissa da integridade é de que a mensagem ou documento enviado de um ponto A a um ponto B tem que chegar a este sem que seja alterada” (SARLO DA SILVA, 2004, p. 26).

¹³ “Resultado da ação de algoritmos que fazem o mapeamento de uma sequência de bits de tamanho arbitrário para uma sequência de bits de tamanho fixo menor – conhecido como resultado *hash* – de forma que seja muito difícil encontrar duas mensagens produzindo o mesmo resultado *hash* (resistência à colisão) e que o processo reverso também não seja realizável (dado um *hash*, não é possível recuperar a mensagem que o gerou)” (ITI, 2010, p. 33).

¹⁴ “Art. 1º Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a **validade jurídica de documentos em forma eletrônica**, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras” (BRASIL, 2001, grifamos).

A **permanência** dos documentos digitais apresenta as mesmas características e problemáticas dos documentos eletrônicos no tangente à dificuldade de manutenção de tecnologia hábil para sua leitura com o passar dos tempos. Ressalta-se, porém, que o documento digital é perpétuo, ou seja, pode ter seu conteúdo acessado indefinidamente através dos tempos, desde que presente tecnologia para tal e que o suporte (mídia) não seja deteriorado.

Assim, um arquivo binário salvo em um dispositivo (*hard disk*, DVD, CD, *pen drive*, entre outros) sempre existirá como documento, remetendo-se a análise quanto a sua validade e/ou eficácia aos ramos da ciência em que ele está inserido. Em resumo:

- o documento eletrônico [aqui denominado digital] contém uma mensagem;
- a linguagem utilizada é convencional, seja através de <bits> ordenados em conformidade com um sistema de <álgebra binária> ou escritos em um idioma ou código determinado;
- se encontra em um suporte;
- e está destinado a perdurar no tempo^{xlv} (BENNASAR, 2010, p. 49).

O mesmo não se pode dizer dos documentos virtuais, estes costumeiramente confundidos com os documentos digitais mas de natureza diversa, conforme poderá ser observado a seguir.

5.3 DOCUMENTO VIRTUAL

O documento virtual merece destaque no presente estudo pelo caráter inovador que apresenta e que remete principalmente à peculiaridade do dinamismo desse documento, bem como do meio em que está inserido, já que “na sociedade digital, nem a informação nem o documento são estáveis e estáticos. A informação e sua manifestação expressiva, o documento, se tornaram uma realidade dinâmica”^{xlvi} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 159). Além disso, “a Internet está se tornando no meio preferido para se publicar”^{xlvii} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 160).

À guisa de introdução dessa espécie e com fins acadêmicos, pode-se afirmar que um documento virtual é

aquele do qual não dispomos, nem de um suporte tangível e nem da mensagem, e para acessar a esta última requer-se utilizar periféricos e recursos adequados que nos permitam entrar em qualquer momento no depósito irreal onde se guardam todos os documentos^{xlviii} (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 113).

A característica do documento virtual é possuir uma **materialidade** dispersa, ou seja, a informação potencial não se encontra fixada em um suporte único, sendo possível que os conteúdos estejam fixados em locais distantes e que somente serão agrupados ou criados no momento da visualização requerida.

Um exemplo que ajuda na compreensão desse conceito remete a uma página na Internet: para que a página seja carregada e apresentada ao usuário, é necessária a execução de um procedimento (execução de um programa) para criar a página visualizada, pois as informações apresentadas na tela do computador não estão dispostas em um suporte único; ao contrário, uma página Web é um emaranhado de documentos (estes digitais) que, compostos, formam um novo documento, o virtual.

O documento virtual, segundo essa esteira,

não é a representação do real, senão sua apresentação, traduzida em linguagem binária, em bits; melhor seria pensar em termos de transrepresentação do real, em simulação do real, porquanto o processo em si já é uma performance, uma encenação (CHAVES JUNIOR, 2010, p. 33).

A questão da materialidade dispersa do documento virtual acaba induzindo o senso comum a concluir que a materialidade desta espécie de documento não exista. Tal confusão é destacada por Pierre Levy ao lembrar que “no uso corrente, a palavra virtual é empregada com frequência para significar a pura e simples ausência de existência, a ‘realidade’ supondo uma efetuação do material, uma presença tangível” (LEVY, 1996, p. 15).

Cabe observar também que tal documento virtual é rotineiramente confundido com o documento digital, pois aparentemente ambos estão representados por sequências binárias, porém o documento virtual se diferencia do digital por possuir seu conteúdo fixado em suportes não contínuos. Enquanto no primeiro tem-se uma apresentação construída (uma página Web ou uma execução de um programa, por exemplo), no segundo tem-se a representação de um conteúdo estático (um arquivo Word, por exemplo).

Quanto aos componentes materiais dos documentos virtuais, deve-se observar que a materialidade também está presente, mesmo que disposta em suportes distintos. Assim, conforme já tratado anteriormente, não se pode afirmar que o documento virtual é imaterial. Observa-se que este

não é virtual enquanto potência (*virtus, virtualis*), nem enquanto hipótese. Também não é virtual enquanto irrealidade ou desmaterialização. Os computadores que a compõem estão em algum lugar do planeta. E por óbvio não é etérea, já que uma coisa ou é real ou virtual. Ela é virtual, portanto, somente em sentido informático, em razão de que é produto de softwares e só existe em ambiente computacional (VOLPI NETO, 2009, p. 78).

Em uma analogia com o documento digital, tem-se que “a sincronização substitui a unidade de lugar, e a interconexão, a unidade de tempo. Mas, novamente, nem por isso o virtual é imaginário” (LEVY, 1996, p. 21), ou seja, enquanto o documento digital (um arquivo) está em um local, o documento virtual (página Web) é formado e apresentado ao receptor, mas, por óbvio, todo o procedimento, tanto o programa que produz o documento quanto os dados e a projeção apresentada na tela, consta fixado em um suporte (memórias), e a representação do documento em uma tela de computador, mesmo que por uma fração diminuta de tempo, comprova sua existência.

Tendo por base a definição de documento virtual, observa-se que “a Web pode ser descrita como uma infinidade de documentos associados entre si”^{xlix} (PEDAUQUE, 2003, p. 8), fazendo com que um documento virtual seja composto, em essência, de diversos documentos digitais, por exemplo, arquivo executável, base de dados, arquivo de imagem, entre outros.

Nesse sentido, observa-se que o documento virtual é construído tendo uma representação dinâmica, desmaterializada, pois o ciberespaço onde ele é formado é “um ‘lugar’ virtual, no sentido de não comportar a matéria humana fisicamente, é, porém, um espaço onde ocorrem ações reais e perceptíveis, praticadas pelos indivíduos” (CARVALHO, 2009, p. 85). Observa-se que

aqui, desmaterializar não significa, evidentemente, a passagem para o mundo místico, espiritual ou coisa que o valha, mas simplesmente a passagem para o mundo dos átomos, da matéria para o mundo dos bits, ou seja, para o mundo lógico ou formal, para o mundo da linguagem – linguagem das máquinas (CHAVES JÚNIOR, 2010, p. 25).

Pode-se afirmar que um documento digital, ao formar um arquivo, tem seu suporte materializado, enquanto o virtual, que necessita ser construído, contém um documento em potencial, pois “o virtual privilegia mais a potência do que o ato, e convida, nesse sentido, a uma postura mais transformadora da realidade (atual)” (CHAVES JÚNIOR, 2010, p. 26).

A consequência disso é que, por exemplo, em um computador “a tela apresenta-se então como uma pequena janela a partir da qual o leitor explora uma reserva potencial” (LEVY, 1996, p. 39), ou seja, o documento em si – este representado através de uma decodificação que apresenta ao leitor as representações binárias que o compõem, sendo o documento a sequência binária e demais conexões lógicas que resultam no que se está visualizando.

As formas de garantia da **integridade** de um documento virtual remetem à análise efetuada no tangente aos documentos digitais, somente sendo garantida em plenitude com a utilização de assinaturas digitais, tecnologia emergente e cada vez mais utilizada nessa espécie de documento.

Sendo um documento virtual formado pela aglutinação de documentos digitais, a integridade de cada documento que o forma deve ser garantida individualmente, bem como se deve garantir que a tecnologia utilizada para a construção da projeção do documento também seja íntegra. Geralmente, tal aparato tecnológico é representado por um programa de computador, que em essência também é composto por um ou vários documentos digitais.

A integridade dessa espécie de documento é a característica mais difícil de ser garantida, já que se trata de vários documentos isolados que logicamente se integram para formar um documento composto. E somente com a garantia de integridade de todos os componentes (documentos) é que se pode afirmar que o documento é íntegro e existe como tal.

Porém, cabe ressaltar que, em decorrência do fato de que o documento é criado a cada visualização, está a se falar em um novo documento a cada acesso. Com isso, a existência do documento é garantida a cada visualização, remetendo novamente seus efeitos, se pertinentes ou não, aos planos da validade e eficácia, já que para a existência de um documento, levando em consideração o conceito genérico apresentado, basta existir uma informação potencial fixa em um suporte.

A questão da **permanência** do documento apresenta-se de forma peculiar em face do aspecto de o documento ser similar a um fato; este “potencial de realidade, bem destrutível e privativo pode estar ao mesmo tempo aqui e lá, desprendido do aqui e agora” (LEVY, 1996, p. 59).

Com isso, salienta-se que um documento virtual tem uma “vida útil” pequena quando formado, pois sua existência depende dos documentos digitais que o compõem, bem como dos elementos integradores (programas, *links*, conexões, etc.) utilizados para sua criação.

A sua permanência, e conseqüentemente sua existência, além de depender de vários elementos, varia conforme as interações do usuário, que, ao navegar ativamente no documento virtual, inevitavelmente cria novas projeções, gerando novos documentos. Ou seja,

a projeção ampliada na tela faz nascer um documento virtual que logo desaparece, sem monopolizar nem imobilizar nenhum suporte, ocupando o espaço somente no momento necessário e desaparecendo assim para dar lugar a uma outra projeção¹ (OTLET, 2007, p. 204).

Quando de uma nova construção do documento virtual, esta será uma nova, não podendo mais se falar no documento virtual anteriormente visualizado, pois aquele já deixou de existir. Como efeito dessa dinâmica, um documento assemelha-se a um fato, diversamente das outras formas de documento apresentadas, que são uma “coisa”. Tal peculiaridade tem influência direta nos planos da validade e eficácia dos documentos e que deverá ser analisada nos campos do conhecimento conforme sua aplicação, o que remete a estudos futuros.

Por fim, poder-se-ia citar que, no caso específico da Internet, a utilização de um programa navegador x ou y implica em eventual projeção diferenciada de um mesmo documento. Desta forma, a partir de processamento não idêntico, produzem-se diferentes documentos virtuais, mas este é assunto para outro trabalho.

6 CONCLUSÕES

1. A importância dos documentos no contexto social é inegável, tendo em vista sua característica profícua de transmissão de informação, acabando por perpetuar conhecimentos vitais para o desenvolvimento das sociedades. Através de uma observação superficial na cronologia histórica da nossa sociedade, observa-se que, conforme os suportes dos documentos foram evoluindo, mais a sociedade evoluía como um todo, identificando-se assim uma ligação direta entre as concepções de evolução social e documento em decorrência da facilitação da criação, transmissão e utilização de informações contidas nos documentos.
2. No contexto histórico atual, denominado pós-modernidade ou Era da Informação, a proliferação dos documentos é enorme. Isso ocorre em função das facilidades advindas das novas tecnologias, que geraram uma diversidade de suportes e formas disponíveis para fixação e transmissão de informação. Com isso, o conceito de documento acabou perdendo objetividade, ocasionando uma confusão conceitual sobre o que viria a ser um documento, bem como sobre seus componentes e as peculiaridades destes.
3. Percebeu-se que o conceito de documento apresenta variações conceituais conforme a área do conhecimento que o analisa. Em contrapartida, na observação mais atenta dos conceitos, concluiu-se pela existência de elementos comuns identificados nas mais diversas acepções pesquisadas, tornando o desafio da busca de um conceito genérico de documento uma tarefa possível.
4. A apresentação de um conceito genérico de documento, bem como uma taxonomia de suas espécies, deve ser buscada para que se evite a tratativa de situações diversas como iguais, ou, em sentido contrário, de situações iguais de maneira diferente, pela ausência de características bem delineadas sobre cada espécie de documento, principalmente nos meios digitais e virtuais.
5. Por meio de pesquisa bibliográfica sobre a temática, conclui-se que um documento sempre possui informação em potencial, e essa informação é conscientemente fixada em um suporte por período que varia conforme a espécie e que permite a transmissão dessa informação ao receptor, indiferentemente da

ciência que o observa. Pode-se afirmar que um documento existe (plano da existência) se observados tais critérios.

6. A tendência natural identificada na presente pesquisa, e que acaba gerando a falsa impressão da existência de conceitos diferentes de documento conforme o contexto onde ele é analisado, remete aos planos de validade e eficácia do documento, ou seja, se ele será válido ou servirá para o fim proposto em determinada ciência. Porém, percebe-se que o documento não deixa de ser documento (existir como tal) se não atendidos os requisitos dos planos ora mencionados em uma ciência. Tal análise permite concluir pela existência de um conceito genérico de documento.

7. O conceito genérico apresentado afirma ser um documento uma informação potencial conscientemente fixada em um suporte de forma permanente, fazendo com que um documento exista se supridos tais requisitos detalhados no presente trabalho, remetendo demais observações à validade e/ou eficácia do documento.

8. Apresentaram-se os componentes que formam o documento no plano da existência, sendo identificados os materiais, formais e conceituais. Com fins de corroborar a possibilidade de existência de um conceito genérico de documento, procedeu-se à análise desses componentes, todos necessários para caracterização da existência de um documento, quando restou claro ser o componente material, que representa o suporte do documento, o elemento capaz de diferenciá-lo quando analisado genericamente.

9. Sendo um documento uma informação em um suporte, é possível relacionar, e conseqüentemente classificar, os documentos de forma genérica (independente de seu destino) considerando o componente material (suporte).

10. O presente estudo propõe que os documentos sejam divididos em três espécies: a real, que é acessível pelos sentidos humanos; a irreal, que necessita de aparatos tecnológicos para seu acesso, mas tem as informações que compõem o documento fixas em um suporte único; e a virtual, que também necessita de aparatos tecnológicos para seu acesso, mas cujas informações são fixas em suportes diversos, tornando necessária a geração do documento no momento da visualização. Propõe-se também a subdivisão dos documentos da espécie irreal em: eletrônicos/analógicos e digitais, em que a diferenciação se dá pela sua formação

por bits (digital) ou qualquer outra forma eletrônica de geração e armazenamento (analógico/eletrônico).

11. Procedeu-se a uma análise exploratória sobre as características que remetem à existência dos documentos nos suportes apresentados, formando um arcabouço teórico que permite aprofundar a análise dos documentos em qualquer área do conhecimento, permitindo ainda um futuro aprofundamento dos aspectos de validade e eficácia em outras ciências.

12. Observou-se que a classificação de documentos virtuais é recente e ainda inexplorada, constituindo campo amplo para pesquisas futuras, na medida em que a tecnologia da informação, e conseqüentemente a informação por ela transmitida, tornam-se cada vez mais ubíquas e móveis.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, V. S. A validade jurídica dos documentos eletrônicos como meio de prova no processo civil. **Revista da Graduação**. vol. 1. n.1. 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/2878>. Acesso em 15/12/2011.

ATHENIENSE, A. **Comentários à Lei 11.419/06 e as práticas processuais por meio eletrônico nos Tribunais brasileiros**. Curitiba: Juruá, 2010.

BENNASAR, A. J. **La validez del documento electrónico y sua eficacia en sede procesal**. Valladolid: Lex Nova, 2010.

BRASIL, A. B. **Assinatura digital não é assinatura formal**. 2000. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/assinatura-digital-n%C3%A3o-%C3%A9-assinatura-formal>. Acesso em 15/01/2012.

BRASIL. **Medida provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2200-2.htm. Acesso em 30/01/2012.

BUCKLAND, K. M. What is a “document”? **Journal of the American Society of Information Science**, n. 9. p. 804-809. set. 1997. Disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html>. Acesso em: 06/01/2011.

_____. What is a “digital document”? **Document Numérique** (Paris) 2, n. 2. p. 221-230. 1998. Disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/digdoc.html>. Acesso em: 06/01/2011.

_____. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science** n. 42. :p. 351-360. Jun/1991. Disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>. Acesso em 10/01/2011.

BYTHEWAY, A. The Information Management Body of Knowledge. **IMBOK**. Cape Town, South Africa: 2011. Disponível em: <http://www.imbok.org/>. Acesso em: 31/01/2012.

CAMPOS, M. L. A. **A organização de unidades de conhecimento em hiperdocumentos: o modelo conceitual como um espaço comunicacional para a realização da autoria.** 198 f. Tese doutorado em ciência da informação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/biti/tesemlcampos/index.htm>. Acesso em 08/01/2011.

CARVALHO, P. R. de L. **Prova cibernética no processo.** Curitiba: Juruá, 2009.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede – Volume I. A era da informação: Economia, sociedade e cultura.** 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CARNELUTTI, F. **A prova civil.** 4. ed. Campinas: Bookseller, 2005.

CHAVES JÚNIOR, J. E. de R. **Comentários à lei do processo eletrônico.** São Paulo: LTr, 2010.

CLEMENTINO, E. B. **Processo judicial eletrônico.** Curitiba, Juruá: 2009.

CODINA, L. Modelo Conceptual de um sistema de información documental. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 17, n. 4, p. 440-449. 1994.

_____. **El libro digital y la www.** Madri: Tauro, 2000.

CORDEIRO DA SILVA, L. G. et. al. **Certificação digital: conceitos e aplicações.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

D'ANDRÉA, C. Estratégias de produção e organização de informações na web: conceitos para a análise de documentos na internet. **Ciência da Informação** v. 35, n.3, set/dez. 2006. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004495&dd1=d0e96>; Acesso em: 02/03/2011.

DARAHUGE, M. E.; ARELLANO GONZÁLEZ, L. E. **Manual de informática forense: prueba indiciaria informático forense.** Buenos Aires: Errepar, 2011.

DIP, R. H. M. Ao princípio era o documento (anotações de uma aula). **Revista de Direito Notarial**, Ano 1, nº1. Jul-set/2009, São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2009.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário eletrônico Aurélio versão 5.0**. Positivo, 2004. 1 CD.

FRANCELIN, M. M. Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 33, n. 3, p. 26-34, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a04v33n3.pdf>. Acesso em: 06/02/2011.

GALENDE DÍAZ, J. C.; GARCÍA RUIPÉREZ, M. El concepto de documento: desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística. **Revista General de Información y documentación**. 2003, v. 13, n. 2, p. 7-35. Disponível em: <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/byd/11321873/articulos/RGID0303220007A.PDF>. Acesso em 13/01/2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ITI. Instituto da Tecnologia da Informação. **Glossário ICP-Brasil**. Versão 1.4. 2010.

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945/1084>. Acesso em 05/02/2011.

_____. **Sobre a teoria e o método da determinação do tempo histórico**. In: Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; 2006.

LEVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LIMA, C. C. C. **A perícia forense e a questão dos documentos eletrônicos no processo civil brasileiro**. In: ICoFCS – IV International Conference on Forensic Computer Science. São Paulo, 2009. <http://www.icofcs.org/2009/ICoFCS2009-PP05.pdf>. Acesso: 08/08/2011.

LÓPEZ YEPES, J. Notas acerca del concepto y evolución del documento contemporáneo. In **VII Jornadas Científicas sobre Documentación Contemporánea**. Madrid, Departamento de Ciencias y Técnicas Historiográficas, UCM - Universidad Complutense de Madrid, 2008, p. 275-282. Disponível em: <http://www.ucm.es/centros/cont/descargas/documento11910.pdf>.

LUCCHESI, C. L. **Introdução à criptografia computacional**. Campinas: Papirus, 1986.

LUND, N. W. Document, text and medium: concepts, theories and disciplines. **Journal of Documentation**, v. 66 Iss: 5, p. 734 – 749, 2010. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?issn=0022-0418&volume=66&issue=5&articleid=1881607&show=abstract>. Acesso em 15/02/2011.

MALHEIRO DA SILVA, A. B. **Documento e informação: as questões ontológica e epistemológica**. Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques, p. 327-355. 2006. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8742>. Acesso em 10/01/2011.

MARCACINI, A. T. R. **O documento eletrônico como meio de prova**. São Paulo. 1999. Disponível em: <http://augustomarcacini.net/index.php/DireitoInformatica/DocumentoEletronico>. Acesso em 12/12/2011,

MARINONI, L. G., ARENHART, S. C. **Prova**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MARQUES, A. T. G. L. **A prova documental na internet**. 1ª ed (2005) / 6ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.

MELLO, M. B. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Teoria do fato jurídico: plano da eficácia**, 1ª parte. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2010a.

_____.: **Teoria do fato jurídico: plano da validade**, 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2010b.

MENKE, F. **Assinatura eletrônica: aspectos jurídicos no direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MITTERMAIER, C. J. A. **Tratado de prova em matéria criminal ou exposição comparada dos princípios da prova em matéria criminal, etc., de suas diversas aplicações na Alemanha, em França, na Inglaterra, etc., etc.** 2. ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1879.

MUNIZ, P. F. Fichários da Mente: a preservação analógica x a preservação digital. ENEGI, 2011, Recife. **A gestão da informação na era do conhecimento.** v. 2. <http://www.repositorios.ufpe.br/jspui/bitstream/123456789/67/1/trab23.pdf>. Acesso em 15/01/2012.

NEGROPONTE, N. **A vida digital.** Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ONU. Organizações das Nações Unidas. **Lei Modelo da Uncitral sobre Comércio Eletrônico.** 1996.
Disponível em: <http://www.lawinter.com/1uncitrallawinter.htm>. Acesso em 10/12/2011.

OTLET, P. **Traité de documentation: le livre sur le livre – théorie et pratique.** Bruxelas: Editeurs-imprimeurs d. van keerberghen & fils, 1934.

_____. **El tratado de documentación: el libro sobre el libro – teoría y práctica.** Traducción: María Dolores Ayuso García. Murcia: Edit.um, 2007.

_____. **Introdução aos trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal, realizado em Paris, em 1937.** Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>. Acesso em 15/01/2011.

PEDAQUE, R. T. **Documento: forma, signo y médio, re-formulaciones de lo digital,** 2003. Disponível em: http://hal.archives-ouvertes.fr/sic_00001160/. Acesso em 10/01/2011.

PIERCE, CHARLES SANDERS. **Semiótica.** Tradução José Teixeira Coelho Neto. 4 ed. São Paulo: Perspectivas, 2010.

RABELO, R. **O documento na ciência da informação: tradição e inovação conceitual a partir de uma abordagem histórica e epistemológica.** 2006.
Disponível em: <http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/463/1/GT%201%20Txt%2014-%20RABELLO,%20Rodrigo%20O%20documento...pdf>. Acesso: 16/01/2012.

_____. **“A face oculta do documento.** 334 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista. Marília, 2009. Disponível em http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/rabello_r_do_mar.pdf . Acesso em: 12/01/2011.

REIG CRUAÑES, J. Para uma teoria informativa del documento: extensión y aplicabilidade del concepto. **Revista Interamericana de Bibliotecología.** V. 28. n.1. jan/jun 2005. Disponível em: <http://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/8594>. Acesso em 04/05/2011.

RODRÍGUEZ BRAVO, B. R. **El documento: entre la tradición y la renovación.** Getafe: Ediciones Trea, 2002.

SAGREDO FERNÁNDEZ, F.; IZQUIERDO ARROYO, J. M. Análisis formal de las definiciones de documentación. **Boletín Millares Carlos.** V3. N.6. dez/1982, p. 239-287. Disponível em: http://mdc.ulpgc.es/cdm4/item_viewer.php?CISOROOT=/bolmc&CISOPTR=180&CISOBOX=1&REC=3. Acesso em 20/01/2012.

SARLO DA SILVA, L. **Public Key Infrastructure – PKI. Conheça a infra-estrutura de chaves públicas e a certificação digital.** São Paulo: Novatec, 2004.

SILVINO FILHO, J. O documento e seus componentes. **Arquivos: gestão e conservação.** Série Didática. Ano I, n. 7, p. 1-20, 2009. Disponível em: http://www.melhoriacontinua.com.br/index.php?option=com_rokdownloads&view=folder&Itemid=56. Acesso em 30/07/2011.

SOUZA, V. R. P. de. **Contratos eletrônicos & validade da assinatura digital.** Curitiba: Juruá, 2009.

TURMO, F. S. Los documentos y archivos. Una necesaria revisión histórica para afrontar el reto de la e-administración pública. **Enlace.** v5. n.2. Maracaibo, 2008. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=82350204> Acesso em: 07/01/2012.

VIANNA, T. *A constitucionalidade da Lei 11.419/2006 e seu enfrentamento diante da ADIn 3.880*. **Revista de Processo**. São Paulo, n.154, p. 235-241, dez. 2007.

Disponível em:

http://tuliovianna.org/index.php?option=com_content&view=article&id=34&Itemid=79.

Acesso em 18/01/2012.

VOLPI NETO, A. **A vida em bits**. São Paulo: Aduaneiras, 2009.

8 ANEXOS

8.1 TRADUÇÃO DAS EXPRESSÕES EM LÍNGUA LATINA UTILIZADAS

conscriptio – a inscrição.

efficacia – eficácia.

efficientia – eficiência.

exempli gratia – por exemplo.

quantum – quantia.

quod non est in actis, est extra mundum – o que não está nos documentos não existe no mundo.

quod non est in actis, non est in mundo – o que não está nos documentos, está fora do mundo.

scriptura – escritura, modo de escrever.

sic; sic et simpliciter – assim como está.

sine qua non – sem o qual não.

virtualis – virtual.

virtus – poder.

8.2 REFERÊNCIAS ORIGINAIS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA¹⁵

ⁱ Sin documentos no hay historia.

ⁱⁱ Es necesario llevar a cabo una investigación que propugne el estudio integral de la naturaleza del documento y, en consecuencia, la construcción epistemológica de una única ciencia del documento.

ⁱⁱⁱ Construir una teoría del documento es una asignatura pendiente. La naturaleza del documento es compleja como lo prueba el hecho de ser objeto de estudio de diversas disciplinas como la Documentación, la archivística, la Bibliografía, la Biblioteconomía, etc. y todavía más si tenemos en cuenta las transformaciones que en él se operan a través de las tecnologías de la información y sus resultados en formas de documento virtual, digital, electrónico, etc.

¹⁵ Traduções feitas por Silvane Deila Feix. Curriculum Lattes:
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=S2668815>

^{iv} Muy pocos artículos científicos proponen una definición actual del documento, y todavía es menor el número de quienes la discuten.

^v No existe, sin embargo, gran diferencia entre ambas concepciones, pues cuando el objeto se busca en el documento informativo, mensaje en un soporte; y cuando se busca en la información, ésta se concibe como información documental, registrada y perdurable.

^{vi} Having the quality of imparting knowledge or communicating information; instructive

^{vii} La concepción informativa del documento, emparentada con la perspectiva antropológica, se encontraba ya en Paul Chavés cuando entendía al libro en su conjunto como “memoria materializada de la humanidad”. Esta concepción, hoy lo sabemos, debe ser aplicable a todo tipo de objeto informativo y no sólo a los libros. Son sino medios para transmitir información y, como tales, podemos considerarlos documentos, es decir, “manifestación de un contenido informativo”. La fijación de información sobre algún soporte material con la intención de transmitirla conforma, lo hemos visto, el documento. Esto significa que, estructuralmente, el documento se compone de un mensaje informativo y un soporte que le sirve de vehículo.

Si la perspectiva antropológica era acertada, lo que ocurre es que alguien “fija” o registra cierta información sobre un soporte material con el fin de asegurar su “transmisión” a otro u otros (ahora o en el futuro). Fijar para transmitir, He aquí el eje que une sólidamente un componente inmaterial (información) a otro perfectamente material (soporte).

^{viii} El documento se percibe aquí como un objeto de comunicación que se rige por reglas de formalización más o menos explícitas, materializado por un contrato de lectura entre un productor y un lector.

^{ix} El documento se estudia en el marco de un protocolo implícito de comunicación, con independencia de su contenido textual o contextual.

^x Una sucesión de signos o secuencia de señales: para que un signo pueda formar un mensaje debe poseer un referente reconocible por emisor y receptor. Todo conjunto de signos puede ser considerado un documento en cuanto tenga un receptor potencial.

^{xi} Se consideran *fuentes de información* los materiales o productos, originales o elaborados, que aportan noticias o testimonios a través de los cuales se accede al conocimiento, cualquiera que este sea. Estos materiales o productos que constituyen las fuentes de información son huellas, testimonios o conocimiento aportados por el hombre en el transcurso del tiempo y pueden ser restos biológicos, monumentos, documentos, libros o productos de ordenador, todo aquello que suministre una noticia, una informação o un dato.

^{xii} Se considera documento jurídico cualquier testimonio escrito, legalmente válido, destinado a ser prueba jurídica de un hecho. Mientras que un documento notarial, según J. BonoHuerta, es «la configuración escrita (scriptura: conscriptio), y como tal formalmente determinada, de una actuación jurídicamente relevante (negotium: actio)», realizada por el notario, persona legalmente establecida para tal cometido.

Mucho más amplio es el concepto de documento histórico entendido como cualquier testimonio escrito que pueda dar fe de un hecho, pero careciendo de forma y fuerza legales.

[...]

El documento administrativo ha sido definido por F. González Navarro como «aquella cosa mueble susceptible de ser incorporada directamente a un expediente —con foliación o paginación— y que acredita, mediante escritura o cualquier signo —fotografía, dibujo—, una idea, un pensamiento o una realización humana, o incluso una situación o aspecto de la naturaleza.

[...]

Según C. Gutiérrez Muñoz los documentos archivísticos son tan solo «los que han sido producidos o reunidos por individuos o por instituciones en razón de las funciones y actividades que ellos despliegan para conseguir determinados fines.

^{xiii} De forma genérica, se puede definir el documento como cualquier información fijada sobre un soporte.

^{xiv} un soporte de una cierta materia y dimensión, eventualmente de un cierto plegado o enrollamiento en el que se incluyen signos representativos de ciertos datos intelectuales.

^{xv} Todo documento posee una estructura constituida tanto por la materia mediante la cual la representación se hace perceptible (piedra, pergamino, etc.), como por el medio que se adopta para fijar en esa materia la representación (signos gráficos) y por el contenido mismo del documento. Los elementos que componen la estructura documental serían, pues, materia, medio y contenido.

^{xvi} La noción de soporte ha perdido, así, su nitidez primera. Pero en el marco de nuestra ecuación (soporte = inscripción) las consecuencias que lo digital tiene para el segundo término, el de inscripción, son del todo radicales. La inscripción implica codificación, operación familiar en la comunidad informática.

^{xvii} Cada tipo de soporte tiene, además de sus propiedades específicas encunto a durabilidad material, estabilidad del registro, accesibilidad, inmediatez visual, etc., la posibilidad de albergar diversos sistemas de registro: sistema analógico (es decir, que representa la realidad por analogía física) o digital (representa la realidad mediante un código binario).

^{xviii} It is a thing, a physical object (in contrast to an abstract object);

^{xix} Condición imprescindible para que pueda hablarse de documento.

^{xx} Pero en la información de interés duradero y fijada a un soporte de carácter igualmente permanente.

^{xxi} Un soporte formal es una estructura capaz de contener información que, así fijada, conserva largo tiempo su unidad y significación intelectual. La fijación de información para ser transmitida, ejes básicos del concepto de documento, tiene aquí la forma de una estructura que asegura la conservación y lo hace por medio de la difusión: es justamente la forma lo que facilita que el contenido sea repetido a otros, asegurando así su futuro.

^{xxii} Evitando su deterioro total o parcial, así como su definitiva pérdida o destrucción.

^{xxiii} Siguiendo la evolución, los dos signos más importantes son la palabra y la imagen.

^{xxiv} Todo el sistema de signos descansa en unas propiedades físicas de los cuerpos que se manifiestan en vibración y son perceptibles por los sentidos.

^{xxv} Son las ideas (conceptos, sentimientos, actividades, imaginaciones), son las formas en las que se expresan las ideas (exposiciones científicas y didácticas por una parte, literarias y artísticas por otra).

^{xxvi} The crucial question is how you can be sure of the authenticity of the documents.

^{xxvii} Uno de los aspectos que más preocupan, es la forma como se consigue comprobar la autenticidad de estos documentos electrónicos.

^{xxviii} Original es el documento que, además de primigenio o primero, es perfecto en las formas propias de expresión dadas por su autor. Es primigenio en el sentido en que consigna por primera vez y de forma definitiva la voluntad del autor del acto expresado en el documento, Señala Romero (1994:116-117) que *original* no es sinónimo de *único*, pues existen originales múltiples. *Las copias*, por último, no son primigenias ni son perfectas. Parten del original o de una copia y no conservan todos los caracteres del original.

^{xxix} El concepto de originalidad no tiene nada que ver, en este caso, con el concepto o idea de novedad. El adjetivo *original* alude sencillamente al origen primero, desde el punto de vista de la procedencia, de una información.

^{xxx} El documento es la materialización de un proceso de comunicación, es decir, un proceso en el que se produce la transmisión de información (relato de hechos, pruebas, datos, representación de un conocimiento, sentimientos, experiencias, etc.). En combinación con los otros requisitos del documento, el contenido adquiere una cualidad especial: la finalidad informativa convierte al contenido en un mensaje (información en transmisión).

^{xxxi} Un conjunto de señales coherentes, registradas en un soporte material, realizadas con intención de comunicar y que, en su forma final, pueden ser interpretadas por un ser humano.

^{xxxii} De forma genérica, se puede definir el documento como cualquier información fijada sobre un soporte.

^{xxxiii} El *documento real* sería aquél con un soporte material sobre el que se inscribe o reposa un documento decodificable directamente por los sentidos [...] surge con la aparición de la escritura [...]. El *documento irreal* cuenta también con un soporte material, pero el usuario no puede acceder directamente a la información contenida: necesita la intermediación de aparatos lectores. Se trata de un documento ya utilizado desde finales del siglo XIX el microfilm, las disquetes, los discos, casetes, vídeos y también los disquetes, CD-ROM y el DVD. Por último, Sagredo entiende por *documento virtual* aquel del que no disponemos in situ ni del soporte tangible ni del mensaje, y que para acceder a este último requiere utilizar los periféricos y recursos adecuados que nos permitan entrar en cualquier momento en el depósito irreal.

^{xxxiv} El papel ha sido la materia física sobre la que más asiduamente se ha fijado la información.

^{xxxv} No necesitan aparatos mediadores para acceder a su mensaje, Su soporte – el papel o similar – es un soporte tangible.

^{xxxvi} Un documento analógico representa la realidad por analogía física.

^{xxxvii} Cuenta también con un soporte material, pero el usuario no puede acceder directamente a la información contenida: necesita la intermediación de aparatos lectores.

^{xxxviii} Puede necesitar distintos aparatos que operen como mediadores en la descodificación de la señal.

^{xxxix} Que está codificado sobre la base de una codificación binaria, y que precisa de un ordenador para leerlo.

^{xl} Se llama documento digital al conjunto de datos organizados a partir de una estructura estable, asociada a reglas formales que permiten una mutua legibilidad entre su conceptor y sus lectores.

^{xli} En estos documentos digitales convivirá el texto con la imagen y el sonido, su carácter multimedia se acentuará, pero el lenguaje escrito seguirá siendo el vehículo principal para expresar ideas.

^{xlii} Que produce una disociación entre contenido y soporte, en el sentido de hacerlo sin dependientes entre sí.

^{xliii} Se ha producido una disociación entre la información y entre el soporte, y esta disociación es la causante de las peculiaridades de este nuevo documento.

^{xliiv} Ya que cuando se duplica un archivo informático la copia no es igual a la original sino idéntica (un bit no difiere de otro bit y entre sí son indistinguibles unívocamente).

-
- ^{xlv} - El documento electrónico contiene un mensaje.
- El lenguaje utilizado es convencional, ya sea a través de <bits> ordenados de conformidad con un sistema de <álgebra binaria> determinado, o escritos en un idioma o código determinado.
 - Se halla en un soporte.
 - Y está destinado a durar en el tiempo.

^{xlvi} En la sociedad digital, ni la información ni el documento son estables y estáticos. La información expresiva, el documento, se ha vuelto una realidad dinámica.

^{xlvii} Internet se está convirtiendo en la vía preferida para publicar.

^{xlviii} Aquel del que no disponemos in situ ni del soporte tangible ni del mensaje, y que para acceder a este último requiere utilizar los periféricos y recursos adecuados que nos permitan entrar en cualquier momento en el depósito irreal donde se conservan todos los documentos.

^{xlix} El Web se puede describir como una infinidad de documentos asociados entre sí.

^l La proyección ampliada en la pantalla hace nacer un documento virtual que se desvanece pronto, sin acaparar ni inmovilizar ningún soporte, ocupando el espacio sólo en el momento necesario y desapareciendo así para dejar sitio a otra proyección.